

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE HISTÓRIA

PABLO MARCEL BEZERRA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA CIDADE DE MONSENHOR
HIPÓLITO – PI DURANTE OS ANOS DE 1975 A 1998**

PICOS – PI
2012

PABLO MARCEL BEZERRA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA CIDADE DE MONSENHOR
HIPÓLITO – PI DURANTE OS ANOS DE 1975 A 1998**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Graduado em História**.

Orientador

Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ –UFPI
PICOS - 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

S237e Santos, Pablo Marcel Bezerra dos.

Educação e sociedade na cidade de Monsenhor Hipólito
– PI durante os anos de 1975 a 1998 / Pablo Marcel
Bezerra dos Santos. – 2012.

CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol. (82 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade
Federal do Piauí. Picos-PI, 2012.

Pablo Marcel Bezerra dos Santos

**EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA CIDADE DE MONSENHOR
HIPÓLITO – PI DURANTE OS ANOS DE 1975 A 1998**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Graduado em História**.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos (Orientador)
Universidade Federal do Piauí

Prof.^a Ms. Marta Rochelly Ribeiro Gondinho
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jonhy Santana de Araújo
Universidade Federal do Piauí

Dedico este trabalho à minha querida e amada Mãe. Por todas as dificuldades que enfrentamos, pela esperança que jamais foi perdida, pela força que ela sempre tirou de si mesma. Quando ninguém mais acreditava, ela sempre esteve lá, pra me apoiar em momentos que nem mesmo eu acreditava. Agradecer acima de tudo a Deus, por tudo que fez por nós, por ser a nossa força maior.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são muitos, a todos os que me ajudaram, de forma direta ou indireta, aos que me cederam à mão para apoiar-me em momentos de fraqueza, aqueles que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos. Agradeço a algumas pessoas em especial, entre elas a minha namorada Jéssica, que durante dois anos, me aturou com trabalhos e mais trabalhos, às vezes abdicando da condição de namorada e passando a ser ajudante. Agradecer ao meu querido Orientador Professor Raimundo Lima, pela dedicação, compreensão, paciência e sobretudo pelas dicas e por tornar esse trabalho possível. Enfim, agradecer a todos os amigos, não vou citar nomes, pois são muitos, mas os mesmos sabem quem são, não esquecendo de agradecer aqueles que não acreditam em mim, pois da desconfiança deles, tirei os meus sorrisos nas horas mais difíceis.

RESUMO

O presente trabalho analisa historicamente a relação entre Educação e Sociedade na cidade de Monsenhor Hipólito, no estado do Piauí, durante os anos de 1975 a 1998. A discussão sobre o processo educativo, formal e informal, desenvolvido nas zonas urbana e rural, da referida cidade é permeada pela contextualização histórica, desde a formação desta urbe piauiense, no final do século XIX, passando pela análise dos fatores que contribuíram para dificultar a implantação de uma educação de qualidade no estado do Piauí e de todo o Brasil. A pesquisa indicou uma instituição educacional que se destacou em meio a um “mar de dificuldades” – a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade). A escrita e as reflexões do texto contaram com o apoio de, Carlos Brandão Rodrigues, Alcebíades Costa Filho, Maria Alveni Barros Vieira e Miguel Joaquim Bezerra, entre outros. Os resultados mostraram a realidade excluída da zona rural, por parte do poder público e as poucas tentativas de implantação de uma educação de qualidade na zona urbana.

Palavras - chave: Educação. Sociedade. Monsenhor Hipólito.

ABSTRACT

This paper examines the historical relationship between Education and Society in the city of Monsenhor Hipólito in state Piauí during the years 1975 to 1998. The discussion about the educational process, formal and informal, developed in urban and rural areas of that city is permeated by historical context, since the formation of this metropolis piauiense, in the late nineteenth century, through the analysis of the factors that contributed to hamper implementation of quality education in the state of Piauí and all Brasil. The survey indicated an educational institution that stood out amid a "sea of troubles" – a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade). The writing and the reflections of the text had the support of Verena Alberti, Carlos Brandão Rodrigues, Alcebíades Costa Filho, Maria Alveni Barros Vieira e Miguel Joaquim Bezerra, among others. The results showed the reality excluded from the countryside by the government and the few attempts to implement a quality education in the urban area.

Keywords: Education. Society. Monsenhor Hipólito.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01: Fazenda Riachão. Local de início da formação do povoado. C.1970/80. _____ p. 18
- Figura 02: Mapa de Monsenhor Hipólito, indicando seus principais povoados, 2012. _____ p. 20
- Figura 03: Primeiras ruas de Monsenhor Hipólito. C. 1940/50 _____ p. 22
- Figura 04: Mapa da Mesorregião Geográfica do Sudeste piauiense - Microrregiões Geográficas – 2006
_____ p. 26
- Figura 05: Unidade Escolar Manoel de Sousa Camilo, zona rural da cidade. 2012. _____ p. 49
- Figura 06: Primeira Unidade Escolar da CNEC: Ginásio Castro Alves, Recife – PE. _____ p. 64
- Figura 07: Início da Construção da sede própria da Unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista, 1980.
_____ p. 66
- Figura 08: Corpo Docente do início das atividades da Unidade Escolar Cenequista Padre Cícero Romão Batista. 1975. _____ p. 69
- Figura 09: Reunião de Professores, Alunos e Autoridades locais e da Coordenação Estadual da CNEC na formatura da primeira turma ginásial da cidade de Monsenhor Hipólito. 1978. _____ p. 70
- Figura 10: Desfile cívico de 7 de setembro organizado pela Unidade Escolar Cenequista Padre Cícero Romão Batista. 1982. _____ p. 72
- Figura 11: Semana Cultural: Apresentação dos estilos musicais que marcaram as décadas de 1980 e 1990, 1997. _____ p. 72
- Figura 12: Livro de Português (único) que era exigido nos primeiros anos da CNEC na cidade de Monsenhor Hipólito. 1978. _____ p. 73

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distâncias de Monsenhor Hipólito – Regional e Nacional. 2012. _____ p. 25

Tabela 02: Produção agrícola de Monsenhor Hipólito e cidades vizinhas. 2008. _____ p. 36

Tabela 03: Produção do Caju-Cultura de Monsenhor Hipólito e cidades vizinhas. 2008. _____ p. 37

Tabela 04: Efetivo da pecuária de Monsenhor Hipólito. 2008. _____ p. 38

Tabela 05: Escolas Municipais rurais de Monsenhor Hipólito, PI. 1960 – 2012. _____ p. 48

Tabela 06: Analfabetismo na população brasileira de 15 anos e mais. Décadas de 1960, 1970 ____ p. 50

Tabela 07: Distribuição da população brasileira pelas diferentes zonas (urbana/ rural) – décadas de 1960 e 1970. _____ p. 51

Tabela 08: Quadro de Professores da Unidade Escolar José Alves Bezerra, 1985. _____ p. 60

Sumário

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>12</u>
<u>CAPÍTULO 1 – DE RIACHÃO À MONSENHOR HIPÓLITO, A HISTÓRIA QUE A VIDA CONTOU.....</u>	<u>18</u>
1.1 – FUNDADORES DE RIACHÃO	18
1.2 – PRIMEIRAS CASAS DO POVOADO	20
1.3 – EMANCIPAÇÃO POLÍTICA	22
1.4 – TOPÔNIMO DA CIDADE	26
1.5 – ESTRUTURA FÍSICA DE MONSENHOR HIPÓLITO	27
1.6 – ATUAÇÃO POLÍTICA NA CIDADE DE MONSENHOR HIPÓLITO	28
1.7 – RELIGIÃO HIPOLITANA: A FÉ DE UM POVO FORTE.....	30
1.8 – ECONOMIA E SOCIEDADE HIPOLITANA	32
<u>CAPÍTULO 02 – EDUCAÇÃO RURAL: HISTÓRIAS E CONTROVÉRSIAS DE UMA REGIÃO.....</u>	<u>39</u>
2.1 – PROBLEMAS EDUCACIONAIS	39
2.2 – EDUCAÇÃO RURAL NA CIDADE DE MONSENHOR HIPÓLITO	41
2.3 – OS PAPÉIS DESEMPENHADOS NA EDUCAÇÃO HIPOLITANA NO MEIO RURAL	42
2.4 – O ENSINO DE FORMA “NÃO” CONVENCIONAL.....	43
2.5 – AS ESCOLAS RURAIS HIPOLITANAS.....	47
2.6 – O ANALFABETISMO RURAL EM MONSENHOR HIPÓLITO	50
<u>CAPÍTULO 03 – EDUCAÇÃO URBANA: UMA EDUCAÇÃO PARA POUCOS</u>	<u>53</u>
3.1 – TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DA CIDADE DE MONSENHOR HIPÓLITO.....	54
3.2 – UNIDADE ESCOLAR JOSÉ ALVES BEZERRA	56
3.2.1 – EVENTOS CULTURAIS DA ESCOLA	59
3.2.2 – AS DISCIPLINAS	60
3.3 – CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS NAS COMUNIDADES.....	61
3.4 – A INSTALAÇÃO DA CNEC NA CIDADE DE MONSENHOR HIPÓLITO.....	64
3.4.1 – A FORMAÇÃO DA PRIMEIRA TURMA GINASIAL CENECISTA DA CIDADE DE MONSENHOR HIPÓLITO	69
3.4.2 – EVENTOS CULTURAIS – SEMANA CULTURAL: UMA MARCA DO COLÉGIO PADRE CÍCERO	70
3.4.3 – AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO INÍCIO	73
3.4.4 – CASTIGOS CORPORAIS	75

CONSIDERAÇÕES FINAIS77

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS79

INTRODUÇÃO

Monsenhor Hipólito é um município brasileiro do estado do Piauí. Localiza-se a uma latitude 06°59'47" sul e a uma longitude 41°01'47" oeste, estando a uma altitude de 257 metros. Sua população estimada em 2010 era de 7.391 habitantes. Possui uma área de 401 km², tendo a Caatinga como Bioma. Situada na Mesorregião: Sudeste Piauiense (IBGE 2010) e na Microrregião: Pio IX (IBGE 2010). Tem como municípios limítrofes a cidade de Francisco Santos a Sul e Oeste, a cidade de Campo Grande do Piauí a Sul, as cidades de Pio IX e Pimenteiras a Norte e a cidade de Alagoinha do Piauí a Leste. Esta situada a 374 Km da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí. O Produto Interno Bruto (PIB) da cidade vem principalmente da atividade de Serviços, tendo em segundo lugar a atividade de agropecuária.

A cidade de Monsenhor Hipólito nasceu da antiga fazenda Riachão, data do município de Picos, por volta do final do século XIX. Os fundadores da fazenda Riachão foram os senhores Vitor Avelino de Sousa Ferreira, casado com Ana de Jesus Batista, juntamente com Izidro Pereira Bezerra e Antônio dos Anjos. Foi elevada à categoria de cidade com o nome de Monsenhor Hipólito, pela lei n° 1.445, de 30 de novembro de 1956, sancionada pelo então governador Jacob Gaioso de Almendra, que participou de sua instalação oficial no dia 26 de julho de 1957.

Atualmente a Educação da cidade ganhou destaque estadual e nacional com as conquistas de várias de suas escolas, entre essas conquistas podemos destacar que por dois anos consecutivos, a Unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista, foi campeã estadual do quadro **Soletrando**, do Programa Caldeirão do Huck, da Rede Globo de Televisão, sendo que na última participação em 2010 a aluna Tainara Alves de Oliveira ficou com a segunda colocação no programa. A Unidade Escolar José Alves Bezerra, em sua conquista mais recente, ganhou o prêmio de 3° lugar no *5° concurso de Redação do Senado Federal*, com o aluno Rodrigo Brito de Sá.

Esse destaque da educação hipolitana, na contemporaneidade, foi o principal fator que nos motivou a estudar a *história da educação* no município de Monsenhor Hipólito. Neste sentido, a pesquisa analisou como se deu a relação entre educação e sociedade na referida cidade piauiense, entre os anos de 1975 e 1998. O recorte temporal refere-se à instalação do curso ginásial na cidade de Monsenhor Hipólito em 1975, através da CNEC (Campanha Nacional de Escolas na Comunidade), por

intermédio do então prefeito Virgílio de Sá Bezerra, pois até então, o município só dispunha de ensino Primário. O fim do nosso recorte, se dá no ano de 1998, com a municipalização desta Instituição de ensino, rebatizada com a denominação de Unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista.

Cada sociedade possui singularidades e características próprias desenvolvidas no decorrer do tempo. Podem-se somar a essas singularidades, as diversas pluralidades existentes em uma região. Nosso trabalho investigativo foi guiado por essas reflexões e pelas seguintes questões norteadoras: Como se caracterizou a sociedade hipolitana no período de 1975 a 1998? Que práticas educacionais – formais e informais – foram desenvolvidas na cidade de Monsenhor Hipólito nesse período? Que importância a CNEC (Campanha Nacional de Escolas nas Comunidades) teve para o desenvolvimento educacional e social de Monsenhor Hipólito?

A pesquisa teve como procedimentos e métodos utilizados, a localização de fontes variadas, buscando o essencial para este trabalho.

A coleta de dados e o trabalho com a documentação foi feita sob a égide de duas formas: *Indireta* (definição documental) e *Direta* (pesquisa de campo bibliográfica e entrevistas). A pesquisa *Indireta* foi feita a arquivos privados, a procura de fotos, correspondência e relatos escritos. No que diz em relação à CNEC e a Unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista, grande parte deste material tive acesso com a diretora da referida unidade, a Senhora Maria dos Santos Bezerra Gomes.

A pesquisa *Direta* teve o apoio em obras de referência, como os estudos de Miguel Joaquim Bezerra (2007). O Advogado Miguel Joaquim Bezerra (2007), no seu livro “Das Origens às Raízes – 100 anos de Santa Ana – Padroeira de Riachão” – retratou a história da cidade, contando desde os primeiros povoados, passando pela política, a emancipação do município, a padroeira Santa Ana, mostrando uma trajetória desconhecida pela parte mais jovem da sociedade hipolitana. Miguel Joaquim Bezerra nasceu em 08 de maio de 1949 no povoado de Riachão de Picos, atual Monsenhor Hipólito, Estado do Piauí. Filho de Joaquim Belchior Bezerra e Felizarda Josefa Bezerra. Realizou os primeiros estudos no grupo escolar público ginásio Marcos Parente em Picos, concluído no ginásio na Asa Norte, em Brasília, onde se radicou desde 1971. cursou o 2º grau na rede pública em Brasília e bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal do centro Universitário hoje UNICEUB,

em 1983. Cursos de especialização e atualização em Direito. De agosto 1971 a março de 2002 foi servidor público federal da Fundação Universidade de Brasília UNB, onde ascendeu por concurso ao cargo de advogado – procurador, vinculado a advocacia da União, e culminou sua carreira no cargo de Procurador-Geral exercido por mais de 6 anos com atividades no âmbito da advocacia consultiva e do contencioso em geral, da primeira instância ao Supremo Tribunal Federal. Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do distrito federal.

Outra obra de referência ao nosso trabalho foi o estudo de Damião Bezerra (2002) – “O processo avaliativo na cidade de Monsenhor Hipólito” – que se refere ao processo de aprendizagem dentro e fora da sala de aula. O trabalho consiste, numa passagem rápida sobre a evolução educacional na cidade de Monsenhor Hipólito, sendo que até o ano de 1994 a cidade ainda não dispunha de nenhuma escola de Ensino Médio, o que obrigou os alunos (de famílias mais abastadas) se deslocar para a cidade de Picos para a conclusão da educação básica. A partir de 1994, instalou-se o Ensino Médio, porém, ainda particular, o colégio chamava-se Rosa Gonçalves de Moura Bezerra, e o foi desativado em 1999, cabendo, a partir de então ao Poder Estadual implantar o Ensino Médio da cidade.

A educação consiste no ato de educar o ser humano para o desenvolvimento das suas faculdades intelectuais, motoras, sentimentais entre outras. Nesse processo, não é necessário estar apenas em sala de aula, para que ocorra a aprendizagem. Nesse sentido, Carlos Rodrigues Brandão ressalta que:

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é sua única prática e o professor profissional não é seu único praticante. (BRANDÃO, 1985, p. 9).

Mesmo que a educação esteja interligada diretamente com a escola, este não é o único lugar nem o único modelo de educação a ser ensinado. O primeiro lugar de ensino seria obrigatoriamente o lar, através do cotidiano, das ações que possam ser repassadas para o indivíduo.

nas casas, nas ruas, na igreja, sendo que de um modo ou de outro, todos nós nos envolvemos pedaços da vida com ela, para aprendermos, ensinar-mos, para saber, para fazer, para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1985, p. 7).

Neste trabalho, não fizemos apenas uma enumeração de fatos. Analisamos uma história marcada dentro de uma sociedade, que visava o melhoramento da sua educação para fins de desenvolvimento econômico e social, em duas de suas concepções: *Crescer e Desenvolver-se*.

A escola apresentou-se como uma das mais importantes instituições sociais, por fazer assim como outras, a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Ao transmitir a cultura, e com ela, modelos sociais de comportamento e valores morais, a escola permitiu que o ser humano humanize-se, cultive-se, socialize-se ou numa palavra, eduque-se.

Podemos observar então, que cada sociedade emoldurou o seu processo educacional, de acordo com suas carências e necessidades, desenvolvendo-se como manutenção dos valores dessa sociedade em que se manifesta. A escola é apenas um dos espaços – ou instituição – em que acontece uma parte do processo educativo. Outros espaços foram mencionados neste trabalho, como a família, local de trabalho, círculo de amizades.

O estudo em questão foi voltado para aspectos da cultura popular, da vida em família, dos hábitos e costumes de uma localidade, da religiosidade, entre outros. Para tal intuito trabalhamos com a História Oral, interligada diretamente com a Memória daquela sociedade. A História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Estas, por sua vez, são narrativas de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas, também, como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade.

Nesse sentido, Verena Alberti dispõe:

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de construção de fontes para o estudo da história [...] O trabalho com história oral pode mostrar como a construção da memória é o objetivo de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo, porque está atrelada a construção de sua identidade. (ALBERTI, 2005, p.55).

Quanto às dificuldades da utilização da história oral, como caminho na produção de uma pesquisa histórica, Eliana Lopes dispõe:

[...] a utilização da história oral, muitas vezes considerada simples pelos pesquisadores, propõe, na verdade, uma série de problemas. Inicialmente, destacam-se a imprevisibilidade e o não-controle da

situação, o que requer do pesquisador a disposição e a habilidade para a escuta. (LOPES, 2000, p.81).

O trabalho com a História Oral nos ajudou a compreender o passado vivido pelos protagonistas da história da educação hipolitana.

Por meio dos depoimentos colhidos, buscamos saber o que ficou gravado na memória dos personagens que marcaram o período do trabalho (1975 a 1998), como se caracterizava a sociedade e como esta lidou com o sistema educacional da cidade antes e depois da instalação da CNEC, as dificuldades e as possíveis soluções que vieram com esta. Sendo que as pessoas diretamente relacionadas à temática abordada no trabalho, foram as primeiras professoras do município de Monsenhor Hipólito e os alunos.

As informações coletadas através das entrevistas foram colhidas com o auxílio de um gravador de áudio e transferidas para um computador onde foi realizada uma análise minuciosa das falas dos personagens, sendo que estas foram do tipo *temáticas* e envolveu perguntas apenas sobre o tema abordado.

Com isso, o nosso trabalho monográfico está estruturado da seguinte maneira:

O primeiro capítulo – *De Riachão a Monsenhor Hipólito, a história que a vida contou* – trata dos fundadores de Riachão, do início da povoação e suas primeiras casas. As tentativas de emancipação que culminou com a mesma em 1956. As distâncias de Monsenhor Hipólito em relação às cidades vizinhas e as principais cidades do país. Explicamos os topônimos da cidade e a estrutura física do município. Discutimos os conflitos políticos que marcam a cidade até os dias atuais. Abordamos superficialmente a religião e a devoção à padroeira da cidade – Santa Ana. E finalmente, analisamos a economia local e os “ciclos agrícolas”, retratando a produção local em comparação com suas cidades vizinhas.

No segundo capítulo – *Educação Rural: histórias e controvérsias de uma região* – é abordada a educação rural, tendo como base para o estudo os pesquisadores Maria Alveni Barros Vieira (2005) e Alcebíades Costa Filho (2006). O texto aponta os problemas educacionais não só na cidade de Monsenhor Hipólito, mas de certa forma em todo Brasil. Explica como o ruralismo definiu o quadro social, econômico e político de todo o Piauí. Analisa as dificuldades das famílias, principalmente as sertanejas, de tentar propiciar uma educação razoável aos seus filhos e como estes tinham que conciliar trabalho e estudo. Analisa também a falta de incentivos e investimentos por

parte dos poderes públicos locais; os papéis que os pais desempenharam nesse processo; o ensino de forma não convencional que aconteceu na cidade; as escolas rurais do município e a falta de planejamento e infraestrutura adequada para um prédio escolar. Por fim, o predomínio do analfabetismo na cidade, principalmente na zona rural desta.

O terceiro capítulo – *Educação Urbana: uma educação para poucos* – analisa a educação destinada à zona urbana, que apesar do descaso dos poderes públicos, sobressaiu-se em meio a tantos problemas. Aborda também a trajetória educacional da cidade; os fatos que marcaram a região e o estado no que se refere à educação; um pouco da história da CNEC e a sua instalação na cidade; a formação da primeira turma ginásial da cidade; os eventos culturais que marcaram o colégio Padre Cícero Romão; as dificuldades encontradas no início, bem como em outras cidades em que a instituição (CNEC) se instalou; os castigos corporais praticados.

CAPÍTULO 1 – De Riachão à Monsenhor Hipólito, a história que a vida contou.

1.1 – Fundadores de Riachão

A cidade de Monsenhor Hipólito, localizada no sudeste do estado do Piauí, nasceu da antiga Fazenda Riachão, por volta do final do século XIX, (data do município de Picos, região chamada de Baixios Agrícolas Piauienses) assentada num grande vale de terras férteis, situada entre serras – morros – com incidência de olhos d’água e nascentes então perenes, o que facilitou durante muitos anos a plantação de cereais e hortaliças para a sobrevivência de sua população. Além desses olhos d’águas, havia o rio Riachão, que lhe divide ao meio e que deu nome ao então povoado “Riachão”, com nascentes a partir do povoado de Patrocínio – atual Pio IX – com extensão de aproximadamente 120 km, indo desaguar no Rio Guaribas, no então povoado de Rodeador – atual Santo Antônio de Lisboa – formando um vasto cinturão verde, caracterizando-se em uma região propícia para a agricultura e a pecuária, além da criação de equinos, caprinos e ovinos.



Figura 01: Fazenda Riachão. Local de início da formação do povoado. c.1970/80.
Fonte: Arquivo particular da Senhora Ana de Sousa Bezerra.

Segundo o Advogado Miguel Bezerra (2007), os fundadores da Fazenda Riachão foram Vitor Avelino de Sousa, Izidro Pereira Bezerra e Antônio dos Anjos. Vitor Avelino foi casado com Ana de Jesus Batista (mais conhecida como Aninha do Juá, que

era tia-avó do Padre Cícero Romão Batista, do Juazeiro, o famoso “*Padim Ciço*”). Aninha viveu cerca de 105 anos. Vitor Avelino de Sousa era natural de Novo Exu, Estado de Pernambuco, e migrou para o Piauí junto com o irmão Vicente de Sá Ferreira, situando-se no Gronhão, localidade do então povoado Riachão, que tinha parentesco com a família de Francisco de Sá Camarço, parente consanguínea de Perciliana de Sá, filha de Antônio Vieira de Sá e esposa de José Alves Bezerra, mais conhecido como “Zezinho Bezerra”, que se tornou patrono fundador de Monsenhor Hipólito. Izidro Pereira era “filho da terra”, nascido na fazenda Barras, nas proximidades da cidade de Pio IX. Foi casado com Maria Sacramento da Rocha Soares, que foi sua primeira esposa, com descendência em Bocaina/ Picos. Sua segunda esposa foi Raimunda Ferreira, parente de Vitor Avelino. Antônio dos Anjos foi casado com Maria Policarpo do Carmo, conhecida como “Zingueira”.

Os habitantes mais velhos da cidade, respeitados por alguns e por outros não, trazem consigo grande parte da história, como por exemplo, a Senhora Ana de Sousa Bezerra (2011), em entrevista cedida relatou que os primeiros moradores do povoado estavam assim localizados: Vitor Avelino, no Juá, Saco da Roça, Serrinha e Goulart; Izidro Pereira Bezerra com ranchos na fazenda Cocos, “casa grande” perto do açude dos cocos por ele construídos ainda por escravos, na década de 1870, além do Quaresma, Olho D’aguinha, Saco Cercado e Saco do Pinheiro, na ribeira do Riachão; Antônio dos Anjos ficou residindo na fazenda Batedor, Lagoa Dantas, à margem direita do rio Riachão. Essa descrição foi passada ao longo de duas gerações, de mães e pais para filhos, e estes para os netos.

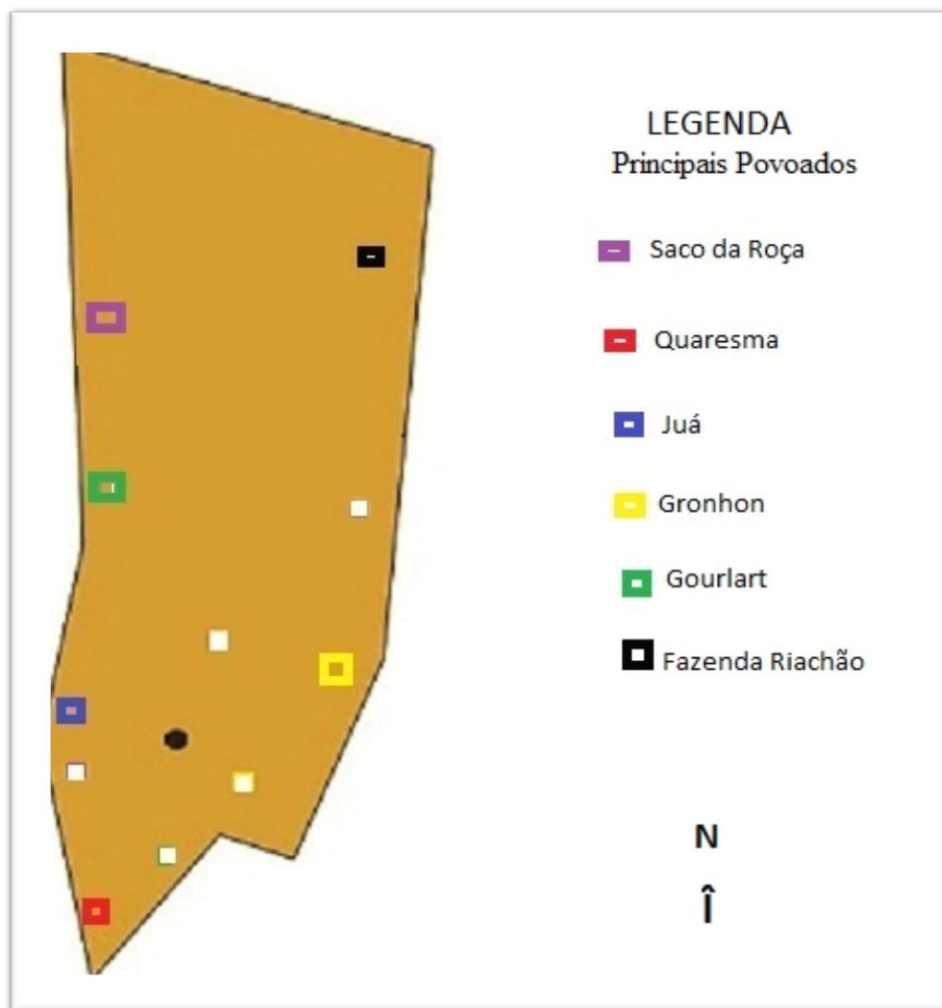


FIGURA 02: Mapa de Monsenhor Hipólito, indicando seus principais povoados, 2012. FONTE: Mapa elaborado por Pablo Marcel Bezerra dos Santos, apenas para efeito didático, sem os rigores científicos da cartografia, 2012.

No mapa acima, estão localizados os principais povoados da cidade de Monsenhor Hipólito. Em preto, está a Fazenda Riachão, primeiro núcleo de habitantes da cidade, o Saco da Roça, está marcado na cor roxa, o Quaresma na cor vermelha, o Juá na cor azul, o Gronhon na cor amarela e o Goullart na cor verde. Os demais pontos feitos no mapa são pequenos povoados de menor relevância ou situados nas proximidades da sede da cidade.

1.2 – Primeiras casas do povoado

Recorre-se mais uma vez ao livro de Miguel Bezerra (2007), que retrata as primeiras casas do povoado Riachão, bem como dos seus primeiros moradores, como Pedro Sabino Corrêa, vulgo “Pedro Bonito”, que foi dono da primeira casa construída no local, onde hoje se situa a cidade, no alto à frente da igreja, atual Praça Pereira

Bezerra. Pedro Bonito era oriundo do estado do Ceará, vendeu a casa do povoado Riachão para Carlos Hipólito e para Joaquim Pereira Bezerra. Dentro desse contexto, alguns moradores mais antigos da cidade se confundem onde realmente foram construídas as primeiras casas. Uns ressaltam a Avenida Manoel Bezerra. Outros ressaltam que as primeiras casas foram erguidas onde hoje se localiza a Avenida Norberto Gomes.

Em meio a controvérsias, as primeiras casas construídas formando o povoado, na hoje Avenida Manoel Bezerra, foram de Joaquim Rufino Bezerra (primeiro filho de Izidro Pereira), por volta do final do século XIX, ao lado da casa de Vitor Avelino e Ana de Jesus, além das casas dos Pereiras – Joaquim e Elói. Com a frente para a igreja, ficava a casa do Coronel Antônio Rodrigues, e do outro lado da praça, a casa da família Policarpo do Carmo, estas formavam a praça central, tendo a frente da igreja voltada para o mercado, onde atualmente se concentra o comércio da cidade. Ao lado Oeste da igreja se situava a casa-fazenda do “tabuleiro” de Carlos Hipólito de Sousa, que era casado com Izabel Maria da Conceição, natural da fazenda do Rato, atual Fronteiras, pais do Padre João Hipólito de Sousa Ferreira, mais conhecido como Monsenhor Hipólito. Um pouco mais a frente, ficava localizada o então Olho D’água da cidade, com água em abundância devido a uma fonte perene – ainda hoje este olho d’água existe, e se tornou um lugar onde as lavadeiras da cidade lavam suas roupas.

O povoado Riachão, depois de formado um pequeno grupo populacional foi vinculado ao município de Picos, Piauí.



FIGURA 03: Primeiras ruas de Monsenhor Hipólito. c. 1940/50
Fonte: Arquivo Particular da Senhora Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto.

Como se ressaltou acima, muitos cidadãos hipolitanos citam a rua da imagem (figura 03) como sendo a primeira rua da cidade de Monsenhor Hipólito. Como se percebe, a arquitetura da época – ainda com resquícios do período colonial brasileiro – resalta traços muito diferentes dos de hoje, onde não existia a privacidade, devido à proximidade de uma casa a outra. Os tijolos utilizados na construção dessas casas eram bem maiores que os usados em construções atualmente.

As ruas estreitas e a não edificação de muros à frente das casas diminuavam a privacidade e confundiam o público e o privado.

1.3 – Emancipação política

Os municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos municípios, mediante lei do Estado, para cuja aprovação são exigidos dois terços da totalidade dos votos da Assembleia, cabendo a iniciativa:

I) Às respectivas Câmaras Municipais, conjuntas, no caso de incorporação, e isoladas, nos demais casos, sempre por maioria absoluta;

II) A seiscentos eleitores, no mínimo, dentre as populações diretamente interessadas;

1º - A formação de novos municípios penderá, em qualquer caso, da coexistência das seguintes condições:

- a) população mínima de oito mil habitantes;
- b) renda anual mínima de vinte mil cruzeiros;
- c) patrimônio mínimo de vinte mil hectares. (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, de 22 de Agosto de 1947. [Item I, do Art. 12] In: MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis**. Teresina: EDUFPI, 2008. p. 135).

Como podemos perceber acima, o povoado de Riachão de maneira alguma poderia ter sido elevado à categoria de cidade, uma vez que até hoje não tem uma população superior a 8 mil habitantes. Então, qual o motivo que levou os representantes políticos do então povoado Riachão a buscar a sua emancipação política? Acreditamos que um dos motivos tenha sido a entrada de capitais destinados diretamente para a nova cidade, além do poder político que estes iriam obter com tal projeto e do prestígio social dentro da cidade.

Segundo Miguel Bezerra (2007), a primeira tentativa de emancipar o povoado Riachão em cidade ocorreu no ano de 1954, por iniciativa de José Alves Bezerra, mais conhecido como “Zezinho Bezerra”, um dos chefes políticos do município de Picos, que era filho de Riachão. Vereador em duas legislaturas lançou então o projeto na Câmara de Vereadores de Picos, sendo este aprovado em primeira instância. Porém, com as proximidades das eleições daquele ano, e sendo Riachão, mesmo que pequeno, um reduto de votos considerável, os chefes políticos, principalmente os do Partido Social Democrático (PSD), interessados nos votos daquela zona eleitoral, já que o povoado de Riachão era um dos redutos políticos do então partido, os políticos do PSD fizeram de tudo para retirar da pauta de votações o projeto de emancipação do povoado de Riachão em cidade. Desejavam discuti-lo somente para depois das eleições daquele ano, afastando mais ainda a chance de emancipação política do povoado, muito a contra gosto dos habitantes do povoado. O projeto foi então retirado.

De acordo com o primeiro plano, o povoado de Riachão seria emancipado e transformado em município abrangendo a fazenda de mesmo nome e as fazendas de Jenipapeiro e de Rodeador, ambas do município de Picos. Em novembro de 1956, de volta à cidade de Picos, José Alves Bezerra, auxiliado pelo filho Virgílio de Sá Bezerra e de seu genro Manoel Alves Bezerra, foram à luta pela emancipação do povoado Riachão mais uma vez. Um outro projeto foi então introduzido na Câmara de

Vereadores de Picos, no entanto, dessa vez sob autoria do vereador Ângelo de Maria Bezerra, vereador eleito por Riachão.

Já a União Democrática Nacional (UDN) se interessava pela criação do município de Riachão, visando livrar-se do forte contingente de votos em Picos, em que esta era opositora na então cidade, porém, o partido não aprovava a inclusão das fazendas de Rodeador e Jenipapeiro. A partir desse ponto surge uma questão, os habitantes da fazenda de Jenipapeiro foram à Câmara de Vereadores de Picos, com o intuito de também emancipar o povoado, incluindo o povoado de Riachão. Portanto, nem Riachão se conformava em pertencer a Jenipapeiro e nem Jenipapeiro a Riachão, e assim, os dois povoados continuaram pertencendo a Picos (BEZERRA, 2007).

Com a frustração de não ter conseguido o povoado de Jenipapeiro, os representantes políticos de Riachão, se dirigiram à cidade de Fronteiras, no desejo de conseguir do então prefeito daquela cidade, Antônio Pereira Bezerra, parente próximo de Zezinho Bezerra, a cessão do povoado Alagoinhas para integrar o novo município. Esforço esse que foi logo transformado em desânimo, Alagoinhas pertencia ao município de Fronteiras, e aquele povo não estava disposto a desfazer daquele povoado.

Decepcionados em Picos e em Fronteiras, os representantes entraram com o projeto de emancipação do povoado, englobando apenas Riachão, e uma pequena faixa de terra da fazenda Jenipapeiro. No dia 30 de novembro de 1956, a Lei N° 1.445 cria o município de Monsenhor Hipólito e dá outras providências:

Art. 1°. É criado o Município de Monsenhor Hipólito, que se desmembra do Município de Picos deste estado, ficando constituindo da data Riachão e parte da data de Jenipapeiro.

Art. 2°. O município de Monsenhor Hipólito terá como sede o atual povoado de Riachão que é elevado à categoria de cidade.

Art. 3°. O município ora criado será instalado no dia 26 de julho de 1957.

Art. 4°. As eleições para Prefeito e Vice-Prefeito e cinco vereadores municipais, cujo cargo, fica de logo criado pela presente lei, com a competência e atribuições definidas pela lei de organização judiciária. (BEZERRA, 2007. p.207).

De acordo com a lei acima, o município de Monsenhor Hipólito foi instalado no dia da festa de sua Padroeira, Santa Ana, em 26 de julho de 1957. Na festa de emancipação política da cidade, estavam presentes na solenidade, o então Governador do Estado de 1955 a 1959, General Jacob Manoel Gaioso e Almendra, o Vice

Governador Francisco Pereira de Castro, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, o então prefeito de Picos, João de Carvalho Moura, João Sousa Libório, filho de descendentes de Riachão, Dom Paulo Hipólito de Sousa Libório, então Bispo da cidade de Caruaru, no Estado do Pernambuco, Virgílio de Sá Bezerra, que era então Escrivão da Coletoria Estadual de Riachão, Hamilton da Silva Lima, escrivão do Cartório Único de Riachão, além de outros tantos nomes entre autoridades de filhos pródigos de Riachão.

As solenidades aconteceram pela manhã e à tarde. A partir das 14 horas, realizou-se sessão solene, no salão do prédio da Escola Municipal Grupo Escolar Dom Expedito Lopes, ficando nomeado como primeiro prefeito de Monsenhor Hipólito, Manoel Bento Rodrigues.

A cidade de Monsenhor Hipólito foi configurada com uma área de 391,304 Km², sendo o clima Tropical semiárido quente, com duração do período seco de sete a oito meses e uma vegetação de Caatinga arbórea e arbustiva, com recursos hídricos, riachos: o rio Riachão e o rio Chopeiro (IBGE, 2010, – CEPRO, Diagnóstico socioeconômico – 1990).

TABELA 01: DISTÂNCIAS DE MONSENHOR HIPÓLITO: REGIONAL E NACIONAL

	CIDADES	DISTÂNCIAS
REGIONAL	Alagoinha do Piauí	9,9 Km
	Campo Grande do Piauí	14,4 Km
	Francisco Santos	12 km
	Vila Nova do Piauí	18,5 Km
NACIONAL	São Paulo	1.937 km
	Rio de Janeiro	1.786 km
	Salvador	719 km
	Brasília	1.233 km
	Fortaleza	458 km
	Belo Horizonte	1.461 km

Fonte: CEPRO – Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. Diagnóstico sócio-econômico: município de Monsenhor Hipólito. Teresina, 2010. Disponível em

João Hipólito ingressou aos 12 anos no seminário do Crato (Ceará), terminando o curso na cidade de Fortaleza (Ceará). Coursou Filosofia e Teologia, esta última no seminário de São Luís (Maranhão), sendo que em junho de 1907 foi ordenado padre pelo Bispo Dom Joaquim Antônio de Almeida. Em dezembro desse mesmo ano, realizou a primeira missa na Capela de Santa Ana, padroeira de Riachão. Em 1908, assumiu a paróquia em Marvão (hoje Castelo do Piauí). Em 1911, foi transferido para Picos, como Pró-Pároco da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, exercendo o cargo até o ano de 1937. Em 1921 foi eleito Cônego honorário da Catedral de Teresina. Em 1930, recebeu da Santa Sé o título de Monsenhor, passando a se chamar Monsenhor Hipólito. Tornou-se então Camareiro Secreto do Papa Pio XI.

Em 1937, com a sua saúde abalada, renunciou à Paróquia de Picos, sendo transportado pela família para Teresina em busca de tratamento. Antes da viagem, conferiu aos pais que se morresse antes de chegar a Teresina, queria voltar para ser enterrado na terra de seus pais, Riachão. A morte de Monsenhor Hipólito, aconteceu no dia 17 de junho de 1943. Aos 63 anos de idade, sendo desses 36 dedicados ao sacerdócio.

1.5 – Estrutura física de Monsenhor Hipólito

Pouco restou dos primeiros povoados que formaram o então município de Monsenhor Hipólito, principalmente aqueles que foram ocupados pelas primeiras famílias. Com a construção das primeiras casas e a formação de um pequeno centro urbano, os seus habitantes mais antigos, iniciaram um êxodo rural, saindo do campo onde viviam e tiravam sua fonte de subsistência para morar então na cidade que se formava.

Segundo depoimentos relatados pelos habitantes mais velhos da cidade, como o de Ana de Sousa Bezerra, os logradouros que formavam o povoado de Riachão, antes da sua emancipação política no ano de 1957, foram: Juá, berço da formação de Riachão, Saco Cercado (pertencente à Izidro, um dos fundadores do povoado); Várzea Grande (de Carlos Hipólito, pai de João Hipólito, que daria nome a cidade anos depois); Canto dos Hipólitos; Outro Lado do Rio (assim como era chamado o povoado que se situava na margem esquerda do rio Riachão, onde residia Manoel Rodrigues – Bento Rodrigues

– nomeado primeiro prefeito da cidade em 1957), Barrocas; Lagoa Dantas; Gronhão, dentre outros povoados que fizeram parte desses primeiros anos dessa região.

Alguns desses povoados, como o Juá, Saco Cercado e Várzea Grande deixaram de ser habitados como sinônimo de moradia, sendo que a partir das saídas de seus residentes, estes passaram a frequentá-las apenas para meio de plantações e de vazantes, tirando dali boa parte de seu sustento e de sua subsistência. Estes espaços rurais passaram a ser destinados como lugares de colheita, roças, como popularmente são conhecidas na cidade, onde seus proprietários passaram a criar animais bovinos, suínos, caprinos e equinos, além de uma variedade de frutas, verduras e hortaliças, que eram comercializadas na feira livre da cidade que sempre se realizara aos sábados de toda semana. Eram mais frequentadas pelos agricultores rurais nos finais de semana ou na sexta feira à tarde, a fim de deixar suas frutas e verduras para serem vendidas na feira livre que se realizava sempre aos sábados.

1.6 – Atuação política na cidade de Monsenhor Hipólito

A atuação política desde o povoado de Riachão até a cidade de Monsenhor Hipólito sempre esteve ligada diretamente às famílias mais influentes e abastadas da cidade. No início, com as famílias Bezerra e Policarpo. Após a emancipação política, tem início o governo da família Bezerra, que tem seu primeiro prefeito na figura de José Alves Bezerra, que repassou seus conhecimentos políticos para filhos, sobrinhos e netos, como no caso do seu genro e sobrinho, Manoel Alves Bezerra, mais conhecido como “Né Bezerra”, um dos maiores nomes da política do município, sendo eleito por três vezes para comandar àquela cidade. A corrente política que o grupo de José Alves Bezerra procedia, era então o PSD (Partido Social Democrático) extinto em 1965 pelo Ato Institucional N°2, proclamado pela junta militar que iria governar o país nas próximas duas décadas, instituindo dessa forma o bipartidarismo, com a existência de apenas dois blocos políticos, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) oposição e a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) segmento do governo (BEZERRA, 2007).

A família Bezerra, tinha a oposição histórica da família Policarpo. Inicialmente sob a figura de José Policarpo do Carmo, mais conhecido como “Tio Zingueira”. Oposição esta, que da mesma forma, foi seguida por seus filhos, netos e familiares, que tinham sua corrente política agrupada na UDN (União Democrática Nacional), sendo

que da mesma forma se seguiu a ideologia bipartidária após a extinção dos demais partidos. Sempre foi oposição ao segmento dominante, e nas últimas décadas tida como segunda força política da cidade.

A partir da década de 1970, ampliou a rivalidade política nas eleições para prefeitos e vereadores daquela cidade, como podemos perceber no relato de Rosa Amélia da Silva (2012):

No aspecto político, Monsenhor Hipólito se limitou e de certa forma ainda é limitada, a votarem em seus candidatos assim, eu sou do partido “A”, e como eu sou do partido “A” não falo com fulano do partido “B”, eu diria que as relações da população de certa forma foram prejudicadas, porque politicamente houve uma indução das pessoas, por exemplo, um partido jogar as pessoas contra o outro partido, e como o povo de Monsenhor Hipólito tinha uma formação cultural de nível muito baixo, então isso dificultou de certa forma as relações, a gente via e ainda vê pessoas nascidas e criadas na comunidade que nunca tiveram nenhum problema pessoal, e que às vezes se evitam justamente por questões políticas, que aconteceu e que de certa forma ainda hoje acontece na cidade de Monsenhor Hipólito, é como se o voto e a democracia brasileira fossem privativos de um cidadão apenas. (SILVA, 2012).

Percebemos então, o quão marcante passou a ser a política daquela cidade, que mudou muito com o passar dos anos. Um relato que mostra essa mudança é de Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto, que ressalta:

Bom, apesar de não ter acompanhado muito a política de Monsenhor Hipólito, porque era professora, mas, dá pra me lembrar de alguns aspectos, a política anterior em Monsenhor Hipólito, não era tão competitiva, isso veio mudando a partir da década de 1970, 1980. Antigamente os políticos pensavam mais na população e em ajudar a comunidade. Já hoje, apesar da experiência que eu já tenho, eu acredito que os políticos de hoje estão muito defasados. (PINTO, 2012).

Pode-se ressaltar que alguns dos motivos de toda essa política de rivalidades, era a forma como cada novo governante administrava com as mesmas velhas práticas, em que os empregos públicos da cidade, eram distribuídos aos parentes mais próximos, ou até mesmo para certa família que tivesse um número alto de eleitores. Não só Monsenhor Hipólito, mas em uma grande maioria de cidades pequenas do interior nordestino, tinham sua vida política movimentada nesse sentido. Um relato que nos remete a essas velhas práticas políticas é de Rosa Amélia da Silva (2012):

A gente sabe que há 30 anos não havia nem concursos, nem se falavam em concursos, mas até então, todo mundo já sabe que quem

tivesse uma boa família votando, quem tivesse uma boa relação com os prefeitos, já era cotado pra ser contratado, de forma legal mesmo, não era nada ilegal, aqui em Monsenhor Hipólito, por exemplo, que eu me lembre, só houve dois concursos públicos para professores, para professor do município, talvez um há uns 10 ou 15 anos, e outro a 5 ou 10 anos [...] então até aquela época, a admissão era o apadrinhamento político, então, era essa a forma de entrar, de ingressar no serviço público, qualquer coisa se comunicava ao chefe político da região. (SILVA, 2012).

Segundo consta na memória dos hipolitanos, a cidade passou por um longo período onde o apadrinhamento político prevalecia na cidade, é o que a Professora Rosa Amélia da Silva ressalta acima. Sabe-se que para ser contratado em qualquer setor público, passa-se antes por um concurso, no qual é mostrada a capacidade e competência do candidato à vaga. Percebe-se no relato acima que não foi bem isso que aconteceu na cidade de Monsenhor Hipólito, emancipada no ano de 1957, que empregava sem concursos, sendo que aquela família que dispusesse de maior número de votos tinha pelo menos um emprego garantido. Essa situação só veio mudar no início da década de 1990, quando o Poder Público local passou a utilizar os concursos para a contratação dos servidores locais.

Esse tipo de política como sinônimo de mandos e desmandos prevaleceu na cidade de Monsenhor Hipólito durante muitos anos, mas não somente nessa pequena cidade do interior piauiense. Esta herança foi repassada a todos os municípios brasileiros desde o tempo do Império e da Primeira República. Ou seja, uma política sem escrúpulos, principalmente na forma de contratação de pessoas para diversos setores públicos, como na educação:

Exonerações, transferências e substituições, ocorriam apenas por motivos políticos. [...] A indicação era feita por uma pessoa de prestígio ou político, sem levar-se em conta a aptidão, o preparo ou a capacidade para o exercício daquela função. [...] E que numa sociedade pouco letrada, para o exercício de funções elitizadas nem sempre se exigia maiores estudos. (FERRO, 1996, p. 88-90).

1.7 – Religião hipolitana: a fé de um povo forte

A padroeira do então povoado de Riachão é Santa Ana, que desde muito antes de se formarem as primeiras aglomerações de casas, já havia sido escolhida para ser a padroeira e protetora da futura cidade.

Segundo consta na obra de Miguel Joaquim Bezerra, para a construção da primeira capela na cidade:

Foi doado um terreno de 100 braças de terra em quadro, partindo do ponto de demarcação do centro da capela, medindo para cada lado, 50 braças no ponto mais alto da cidade, mais o cavaleiro do rio, portanto inatingível pelas inundações do mesmo. (BEZERRA, 2007, p. 161 - 162).

Terreno este pertencente a Carlos Hipólito Ferreira e sua mulher Isabel Maria da Conceição, no dia 07 de agosto de 1907. Tomando a partir desta data a construção da Capela devotada a Santa Ana. A construção da capela teve início por volta do mês de novembro, tendo à frente da sua empreitada Joaquim Pereira Bezerra, bisneto do fundador da cidade. Apenas levantada, sem recoberto ou coisa assim, sendo que as igrejas mais próximas do povoado de Riachão eram a igreja da cidade de São Julião, (situada a 6 léguas de Riachão), a igreja de Bocaina (situada a 6 léguas de Riachão) a de Jaicós (a 10 léguas) a igreja de Picos (a mais de 15 léguas) e a de Pio IX (a 12 léguas). Riachão começa então a ser mais habitado, devido principalmente ao rio que cortava a cidade, e já não era por falta uma capela para melhor assistência dos seus fiéis (BEZERRA, 2007).

No dia 25 de dezembro, na festa de Natal, o então Sacerdote João Hipólito de Sousa Ferreira, vindo até a terra de seus pais, celebrou a primeira missa na Capela de Santa Ana, havendo uma grande participação de pessoas, tanto do povoado, como de povoados vizinhos, que foram prestigiar a primeira missa realizada na Capela. Em fevereiro de 1908, há a conclusão na construção da Capela. A construção do Altar foi feita no ano de 1910 e a sacristia em 1934 (BEZERRA, 2007).

A primeira benção dada à Capela de Santa Ana aconteceu no dia 4 de outubro de 1908, pelo Padre Francisco Alves Teixeira, então vigário da cidade de Jaicós. A imagem de Santa Ana foi confeccionada por Vicente Dias, na cidade do Crato, estado do Ceará. A imagem feita de madeira chegou ao povoado Riachão danificada devido a contratempos na viagem, recebendo a benção litúrgica juntamente à Capela. Em 1910 Vicente Dias visitou o povoado a fim de fazer retoques necessários à imagem de Santa Ana, na ocasião, o mesmo artista também pintou o altar e a capela (BEZERRA, 2007).

A capela de Santa Ana passou por uma reforma no ano de 1956, sendo que no ano de 1976, a mesma foi completamente demolida, devido a sua deterioração, sendo

que com o início de sua demolição houve protestos por parte do povo em geral, que queria manter a estrutura original da Capela, sendo pedido que esta passasse apenas por mais uma reforma de cunho estrutural, já que a Capela não corria risco de desabamento. Com a participação da comunidade, mesmo a contragosto, foi construída uma nova Capela, totalmente diferente da anterior. A nova Capela foi abençoada pelo Bispo Diocesano de Picos, Dom Augusto Alves da Rocha, no dia 17 de julho de 1985, dando início aos festejos religiosos daquele ano (BEZERRA, 2007).

O apego à Santa padroeira era tão intenso, que na oportunidade da emancipação do povoado em cidade, planejou-se fazer o ato no dia em que o povoado Riachão fazia 50 anos de devoção à Santa Ana. A escolha para Santa Ana ser a padroeira do povoado, partiu de Joaquim Pereira Bezerra, que teria sugerido a Santa para homenagear Ana Rosa de Jesus – Aninha do Juá – uma das primeiras fundadoras do povoado, homenagem essa bem aceita por todos os habitantes da região (BEZERRA, 2007).

1.8 – Economia e sociedade hipolitana

A economia do município, bem como os de outras regiões, não só do Piauí, mas como de boa parte do Nordeste, estava dividida em ciclos relacionados às estações climáticas, como destaca os estudos de Maria Alveni Barros Vieira (2005) sobre Picos:

- Estação Chuvosa (Dezembro a Março) – Período das chuvas, onde a esperança do sertanejo renascia, época da limpa da terra, do plantio dos cereais, e da colheita destes.
- Fim da Estação Chuvosa (Abril e Maio) – [Em Monsenhor Hipólito, esse era o período de espera até o próximo ciclo]. Esse período correspondia aos preparativos para o plantio do Alho e da Cebola.
- Período das Desmanchas (Junho e Julho) – [Época em que as “famosas farinhadas” aconteciam nas zonas rurais das cidades. Famosas por reunirem um pequeno grupo de pessoas, que trabalhavam durante o dia e se divertiam à noite, com música, beiju de forma e muita cachaça]. O trabalho dos homens era arrancar as raízes da mandioca e transportá-las em jacás em lombo de burros e jumentos, já o trabalho feminino se restringia a raspagem das raízes e lavar a massa triturada, colocando em repouso nas gamelas.

- Período da Castanha (Julho e Agosto) – [Época em que se iniciava a coleta do caju, sendo que a castanha era comercializada e o caju posto para secar servindo depois de ração para o gado em tempos de seca].
- Período de Espera (Setembro a Novembro) – Nesta época era feita a Broca – atear fogo no mato para limpar as terras onde iriam ser plantados os cereais da safra seguinte. (VIEIRA, 2005, p.67).

Como na maioria das cidades circunvizinhas, Monsenhor Hipólito tinha em sua sociedade uma divisão bastante comum a essa região. A sociedade era dividida em dois grupos: o primeiro formado por aqueles que detinham a concentração de renda, formado por uma pequena minoria, herdados dos tempos de fundação da cidade, enquanto o segundo, formado pelos que viviam sobre um baixo poder aquisitivo e aqueles que trabalhavam na roça para sobreviver, este composto pela sua grande maioria. A cidade de Monsenhor Hipólito foi durante muito tempo basicamente rural, percebem-se esses aspectos no relato de Rosa Amélia da Silva:

[...] Além disso, Pablo, Monsenhor Hipólito sempre foi uma cidade dividida, digamos assim, houve sempre uma parte da população que sempre teve condição, que sempre foi abastada, principalmente as famílias descendentes dos fundadores, como a Família Bezerra e a Família Policarpo, a outra parte da população era aquela que vivia da roça, do trabalho duro. No interior não era diferente, só que as coisas eram mais difíceis por lá, a minha família mesmo, papai sempre foi um dos homens mais ricos daquela região, hoje já não é mais tanto, mais ainda dispomos de uma boa condição de vida. Monsenhor Hipólito sempre foi rural, até os anos 90, depois, foi que começaram a deixar o interior para morarem na cidade, principalmente devido às secas constantes, e olha que naquela época não estava assim como hoje não. (SILVA, 2012).

A imagem que caracterizaria o povo de Monsenhor Hipólito seria aquela do agricultor e criador de gado. Sendo que durante muitos anos, a atividade econômica da cidade se restringia a agricultura, como ressalta Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto (2012):

[...] Nos aspectos econômicos, Monsenhor Hipólito sempre se destacou na agricultura. Quase todo mundo era agricultor. Plantavam o feijão, a mandioca, o milho, o algodão. O caju, então ao contrário de hoje, que movimenta o comércio, quase não existia em Monsenhor Hipólito. O comércio da cidade era muito pouco, apenas uma farmácia e um armazém para abastecer a cidade de suprimentos da sobrevivência do sertanejo, duas lojas de tecidos da cidade de Picos, a comunidade, a população se dedicava mais à agricultura. (PINTO, 2012).

Nesses aspectos, pode-se constatar que o cotidiano e a rotina da cidade de Monsenhor Hipólito eram perceptíveis nas demais cidades circunvizinhas. Nos primeiros meses do ano, período em que aconteciam as chuvas, era o tempo de lavar a terra e a prepará-la para o plantio, onde o sertanejo depositava sua esperança de sobrevivência para o restante do ano. Nos meses de abril e maio, havia então a colheita do feijão e do milho, cereais que eram à base da agricultura do município. Após o ciclo do feijão, o agricultor espera até julho e agosto para iniciar o período das desmanchas – arranque da mandioca para a produção da goma e da farinha – mais um meio de sobrevivência daquela cidade, que se caracterizou em uma atividade econômica. As desmanchas na cidade sempre foram esperadas durante os primeiros seis meses do ano, apesar de ser mais um trabalho do sertanejo, as desmanchas eram transformadas em festas durante a noite, com churrascos de caças como o preá (pequeno roedor), *avoantes* – certo tipo de ave, muito consumida na cidade – e também caças de maiores portes como veados, pacas, sempre regados a muita bebida – cachaça – que juntamente com o beiju-de-forma, era servido tanto como “aperitivo” como para o jantar das pessoas que trabalhavam nelas. No entanto, se por um lado o sertanejo tirava sua fonte de vida da terra, ao mesmo tempo, tirava a esperança dos seus filhos estudarem, pois ao iniciarem os tempos da colheita e das desmanchas, os filhos que estavam na escola, eram obrigados a abandoná-la para ajudar ao pai na roça, como ressalta Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto em seu depoimento:

Nessa época, os filhos tinham que ajudar bastante os pais. Então, na época da planta e da colheita do feijão, os alunos ficavam sem frequentar a escola. Então, era um grande problema para os professores e para a direção, pra os alunos não perder o ano, a gente tinha que procurar um jeito, pedindo até mesmo para alguns professores se deslocarem até o interior, para fazer ao menos uma prova. Teve algumas vezes Pablo, que tivemos até mesmo que modificar o calendário escolar para não prejudicar aqueles que queriam estudar, principalmente na época do plantio e da colheita do feijão, e na época das desmanchas também. (PINTO, 2012).

A partir do depoimento de Maria das Graças Pinto (2012), podemos dialogar com estudiosos da história da educação, como Carlos Brandão (1984, p.77) que explica que “para um lavrador o estudo prolongado dos filhos é um problema quando realizado e um devaneio quando imaginado. Filhos homens e mulheres são força de trabalho na casa, no quintal e na lavoura”. Já a pedagoga Maria Alveni Barros Vieira (2005) utilizando de entrevistas concedidas a mesma, ressalta que em relação ao ensino de mestres ambulantes, eram escolhidos os melhores horários em que não fosse

prejudicada a rotina de trabalho da roça. Já o Barnabé Borges Leal (1989, p.37) enfatiza como um garoto da roça tinha que conciliar o trabalho com a escola, o mesmo relata que na sua juventude o dia iniciava da seguinte maneira: “Levanta menino! Vem tomar café e vai levar o gado e as ovelhas na roça da beira-do-rio. Vem depressa... hoje é o seu primeiro dia de aula.” Como podemos perceber o ensino de certo modo esteve direta ou indiretamente relacionado com o fator trabalho, seja em escolas públicas, seja em escolas privadas.

O trabalho dos homens se caracterizava em ir pra roça em grupos, para arrancar as raízes da mandioca, e transportá-las em jacas nas costas de burros e jumentos até o aviamento (local onde se fazia o descascamento da mandioca, a trituração, a lavagem e a secagem da massa para transformarem goma e em farinha), a trituração e a prensa da massa da mandioca também era trabalho masculino, bem como a queima da massa para a produção da farinha. Já as mulheres, ficavam encarregadas de raspar a mandioca, lavar a massa já triturada e cuidar das gameleiras de madeira que ficavam fora do aviamento, onde o leite tirado da massa triturada iria repousar até formar a goma no fundo dela.

Situada no semiárido nordestino, Monsenhor Hipólito jamais teve vocação para a implantação de Indústrias, ao contrário das suas vizinhas Francisco Santos e de Santo Antônio de Lisboa, que durante alguns anos tiveram pelo menos uma fábrica de consumo para beneficiar sua população, no caso de Santo Antônio de Lisboa, essa fábrica perdura até os dias atuais, movimentando grande parte de sua economia local. A cidade também não produzia nada no âmbito secundário, bens industrializados e serviços, vivendo ainda basicamente de sua produção agrícola, desenvolvendo a agricultura de subsistência, com uma pequena parte desses produtos voltada para o comércio, como o feijão, o milho e a mandioca. Sendo que a caju-cultura, hoje grande responsável pela economia rural, só foi introduzida por volta da década de 1980.

Se fizermos uma pequena comparação – saindo um pouco de nosso recorte temporal (1975-1998) até o ano de 2008 – da produção agrícola da cidade de Monsenhor Hipólito com suas vizinhas Francisco Santos e Santo Antônio de Lisboa, podemos notar que apesar de pertencerem à mesma região há uma disparidade na produção anual de cereais entre as mesmas. As três cidades estão situadas na mesma região, dividindo o mesmo clima, mas como se constata à frente, cada uma delas se dedicou a uma cultura diferente, focando mais a essa cultura. No caso de Monsenhor

Hipólito, podemos ver um pequeno destaque para a cultura do feijão, diferentemente das outras cidades, como podemos perceber nos dados recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nas tabelas comparativas a seguir:

TABELA 02: Produção agrícola de Monsenhor Hipólito e cidades vizinhas, 2008.

MUNICÍPIO	CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Monsenhor Hipólito	Feijão	1.228	3.895	315
	Mandioca	1.980	300	6.600
	Milho	192	800	240
Francisco Santos	Feijão	935	4.755	196
	Mandioca	6.681	928	7.199
	Milho	288	800	360
Santo Antônio de Lisboa	Feijão	667	3.610	184
	Mandioca	1.440	200	7.200
	Milho	144	320	450

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal – PAM – 2008, 2010.

A partir da década de 1980, foi instalada no município a cultura do caju. Então, passou a ser a cultura mais visada pelos agricultores da cidade, que deixaram um pouco de lado as outras plantações. As áreas antes destinadas a estas, foram sendo em parte reduzidas para o plantio do cajueiro. Com a implantação da nova cultura houve um incremento no comércio da cidade.

TABELA 03 – Produção da Caju-Cultura de Monsenhor Hipólito e cidades vizinhas, 2008.

MUNICÍPIO	CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Monsenhor Hipólito	Castanha de caju	1.288	7.155	180
Francisco Santos	Castanha de Caju	1.416	7.454	189
Santo Antônio de Lisboa	Castanha de Caju	2.833	5.902	480

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal – PAM – 2008, 2010.

Hoje em dia já se pode destacar a apicultura como grande movimentadora da economia e do comércio da cidade, com uma considerável produção de mel. No entanto, culturas como o arroz, o alho e a cana-de açúcar, muito significativas na cidade vizinha de Picos, pouco foram desenvolvidas em Monsenhor Hipólito, talvez pela falta de um rio perene, também diante das irregularidades das chuvas e do inverno que em algumas ocasiões vinha em excesso em outros anos pouco chegava à cidade. A cultura do algodão, também deixou de ser incentivada no município. No que diz respeito ao setor pecuarista da cidade, Monsenhor Hipólito teve desde os seus primórdios a criação de rebanhos de gado, de ovelhas, caprinos e suínos e certa dedicação a mais para aves, principalmente a galinha, de onde ao mesmo tempo, tiravam o sustento com a venda desses animais e a complementação da sua dieta alimentar.

TABELA 04 – Efetivo da Pecuária de Monsenhor Hipólito, 2008.

ESPÉCIE	Nº DE CABEÇAS
Suínos	6.189
Aves (galinhas, galos, frangos).	33.707
Bovinos	5.034
Caprinos	1.537
Ovinos	4.048
Asininos	351
Equinos	881
Muare	436

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal – PAM – 2008, 2010.

Podemos perceber e entender um pouco da história de Monsenhor Hipólito, desde seus primeiros habitantes, a formação do seu povoado e emancipação política, a sua fé, a economia que ainda prevalece agrária e sua política. Iremos, a partir do segundo capítulo deste trabalho, focar o referido trabalho no setor educacional da cidade.

CAPÍTULO 02 – Educação rural: histórias e controvérsias de uma região

Neste segundo capítulo será abordada a Educação no município de Monsenhor Hipólito com prioridade na Zona Rural da cidade e os tipos de educação que por lá se desenvolveram. Para a construção dessa segunda parte, será de essencial importância o auxílio de alguns autores e textos, entre eles destacam-se o historiador Alcebiades Costa Filho (2006) – “A escola do sertão” – e a pedagoga Maria Alveni Barros Vieira (2005) – “Educação e sociedade picoense no período de 1890 a 1930”. Os textos dos referidos pesquisadores – apesar de se referirem a uma temporalidade anterior ao nosso recorte temporal (1975-1998) – foram grandes propulsores de ideias discutidas neste texto, onde estes falam não só da educação no estado do Piauí, mas retratam também o cotidiano dessa região.

Um fator a se ressaltar no início deste capítulo é a discussão com maior ênfase ao sistema educacional informal que vigorou durante anos na sociedade agrícola da cidade de Monsenhor Hipólito.

2.1 – Problemas educacionais

Atualmente o meio rural brasileiro, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) tem uma população residente de aproximadamente 32 milhões de habitantes, sendo que desse total, “96% das crianças de 7 a 14 anos do meio rural, estão matriculadas, porém, ainda permanecem os problemas da baixa qualidade e eficiência dos sistemas de ensino” (SILVA, 2011, p.105). Apesar da intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas, cerca de um quinto da população do nosso país encontra-se vivendo no meio rural. Esses são alguns dos indicadores que demonstram a histórica negação à população que vive no meio rural brasileiro do direito de acesso e de permanência na escola, com uma educação de qualidade.

“No Brasil do século XIX, foram poucas as pessoas de camadas inferiores que tiveram acesso às escolas, [...] no Piauí a situação não foi diferente” (GIOVANNI; SCHMITT, 1996, p.137). No que se refere às pequenas cidades do Piauí, principalmente as do interior do estado, essa regra se aplica ao máximo. Para as famílias mais abastadas dessas localidades, a falta de escola que predominou por, durante boa parte do tempo, a solução encontrada por estas famílias, foi a contratação de *mestres ambulantes*, que percorriam as mais variadas localidades oferecendo o serviço de professor aos pais e fazendeiros de algumas famílias. Outra forma de superar a barreira da falta de escolas

deu-se através das *escolas familiares* que funcionavam como alternativas encontradas pelas pessoas de mais posses para superar os entraves deixados pela falta de escolas em certas localidades. Nesse contexto, o historiador Alcebíades Costa Filho (2006, p. 83) ressalta que “No Piauí [século XIX] essa prática foi comum tendo em vista que a maioria da população residia na zona rural e se achava envolvida no cotidiano das fazendas”. Na cidade de Monsenhor Hipólito, na segunda metade do século XX, não havia muitas fazendas em sua região, no entanto, o que predominou foram pequenos povoados, onde as pessoas ainda viviam como a sociedade piauiense do século XIX, formando uma comunidade fixada na zona rural da cidade. Um dos motivos para a população local escolher a zona rural para fixar moradia e residência se explica pela falta de espaço para crescer economicamente, a falta de empregos, o esquecimento dos poderes públicos ao não investirem na cidade, tentando gerar um círculo econômico que movimentasse a economia local.

Portanto, não se pode menosprezar a educação no âmbito doméstico, pois as primeiras lições que se aprende na vida surgem dentro desse espaço. É nesse ponto que se destacou o ensino informal na cidade de Monsenhor Hipólito, onde o sertanejo teve que ensinar aos seus filhos os conhecimentos necessários para sobreviver naquele ambiente campestre.

Além de todos os problemas que impediam o desenvolvimento da educação em Monsenhor Hipólito, podemos citar ainda outros fatores como: a falta de recursos didáticos; os baixos salários pagos aos professores – em uma pequena cidade onde quem manda é quem tem poder político, quem não pertencesse ao grupo dominante, teria que agarrar toda e qualquer oportunidade que lhe surgisse, e isso em uma cidade onde somente há poucos anos foi haver concurso para cargos públicos. Essas pessoas estavam submetidas às vontades dos governantes e com isso, acatariam os baixos salários pagos, afinal, é melhor ter pouco do que ter nada; a dispersão da população rural; um número insuficiente de escolas – porque somente no final da década de 1980, é que as escolas passaram a ser uma prioridade municipal –; o despreparo de alguns professores no interior; e, principalmente a “ignorância” dos pais que se recusavam a tirar seus filhos dos trabalhos domésticos para se dedicarem aos estudos.

2.2 – Educação Rural na cidade de Monsenhor Hipólito

Sabemos quão dura pode ser a vida do ser humano ao depender dos seus próprios esforços para sobreviver, ainda mais quando se vive em uma região em que a maior parte do tempo é marcada pela seca. Se por um lado o sertanejo passava por grandes dificuldades de proporcionar uma educação de qualidade aos seus filhos, por outro, desde cedo teve a educação necessária para garantir sua subsistência.

O ruralismo definiu o quadro social, político e econômico do Piauí, desde o período colonial até meados do século XX. O povoamento da cidade de Monsenhor Hipólito não foi diferente, desde o início de sua formação, por volta do final do século XIX, seus fundadores deram início a um “desenvolvimento” ruralista da cidade, sendo que esta foi nascendo através de suas localidades campestres, principalmente o Juá, local de residência de seus fundadores. Para Carlos Brandão (1984, p.185) “[...] o isolamento da região, se dava devido às facilidades naturais, a fartura da produção e a solidariedade entre as pessoas frente a um restrito mercado de comercialização”. Pode-se acrescentar ainda, a característica da concentração de renda na sede da cidade, além das vantagens seminaturais que a zona rural oferecia, motivo pelo qual grandes partes das famílias hipolitanas preferiram fixar residência em certas localidades afastadas da sede da cidade.

Na cidade de Monsenhor Hipólito, o trabalho infanto-juvenil entre o final da década de 1970, início da década de 1980, representava um tipo de aprendizagem para a vida adulta como uma necessidade em vista das condições socioeconômicas de algumas famílias do interior hipolitano, que tiravam da natureza o seu principal meio de sobrevivência, como o feijão, a mandioca, o milho, alguns legumes e hortaliças plantadas em canteiros no quintal de casa e também criavam alguns animais.

As famílias menos abastadas, sem ter condições de contratar empregados nos tempos de limpeza, de plantio e de colheita, de suas pequenas propriedades agrícolas, tinham no trabalho dos filhos grande importância na produção necessária para a subsistência da família. Podemos perceber muito bem essa divisão de trabalhos, no depoimento de Margarida de Jesus de Carvalho (2011), que além de ressaltar essa distância entre as classes sociais, ainda faz uma pequena diferença entre as tarefas realizadas por meninos e meninas:

Meu filho, os meninos trabalhavam na roça e com os animais, ajudavam a manter a casa, digamos assim, trazia lenha para cozinhar e água, caminhavam muito em cima do burro, atrás disso, a água nessa época era colocada em potes grandes feitos de barro, a água era coada em um pano e depois coberta, já as meninas ficavam em casa, raramente saíam, ajudavam as mães na lida doméstica, além disso, ficar em casa para as meninas, era sinal de aprendizagem, pois estas aprendiam a cozinhar, lavar, cuidar das aves e animais domésticos, além de alguns pomares que tínhamos em casa, minha filha mesmo, o pai nunca deixou ela sair de casa, tinha que aprender a ser prendada, pra arrumar um marido bom pra ela. (CARVALHO, 2011).

Como podemos ver no depoimento acima, as crianças e jovens das famílias menos abastadas, tinham que conciliar a jornada diária de trabalhos com o desejo de estudar. No entanto, eram tarefas específicas para ambos os sexos, nada de muito pesado, que não exigisse tanto esforço por partes destes. Eram “tarefas de aprendizagem”.

2.3 – Os papéis desempenhados na educação hipolitana no meio rural

As mães ensinavam às suas filhas como serem boas esposas e donas de casa. Eram ensinamentos que poderiam assegurar-lhes um bom casamento, já que naquela época uma moça prendada tinha mais chances de arrumar um bom casamento, como podemos perceber no relato de Maria Margarida de Carvalho:

Meu filho, o que você acha que a gente podia ensinar para os nossos filhos naquela época se não fosse às coisas da roça? As meninas ficavam em casa, fazendo comida, limpando a casa, iam buscar água no poço e deixar a merenda dos trabalhadores na roça. Era isso que a gente podia passar pra eles naquela época, já que a gente não tinha estudo. E essas coisas que a gente ensinava pra elas, era o que elas tinham que saber pra ser uma mulher direita e arrumar um bom casamento. (CARVALHO, 2011).

Percebemos o predomínio da educação informal na região, isto é, a influência das mães no tipo de educação repassada de geração a geração, na falta de escolas ou de professores. Pode-se ressaltar a mesma coisa do papel do pai nesse meio educacional. Deixar um filho estudar, era a mesma coisa que perder um trabalhador. Este pensamento é “justificado” pela “não utilidade” do que se ensinava nas escolas em relação ao meio rural. Outro fato que causou bastante empecilho na hora de deixar seus filhos estudarem, é que o horário de estudo sempre coincidia com os horários de trabalho nos sítios, que geralmente eram pela manhã ou pela tarde. Assim, entre a escola e o trabalho, os pais optavam pelo trabalho, de onde poderia tirar o sustento da sua família e preparar seus filhos para seguir os seus passos.

Meu filho, o que você acha que a gente podia ensinar para os nossos filhos naquela época se não fosse às coisas da roça? A gente só podia ensinar o que sabia, mas eu digo assim, eram somente as coisas de casa mesmo, de como eles deveriam cuidar das roças. Os meninos, os pais deles os levavam pra roça desde pequenos, para eles ficarem olhando como era pra fazer as coisas. No tempo que era pra capinar a terra, eles levavam os meninos mais novos montados em cima do burro pra ir guiando o animal entre as linhas de feijão e quando eram os mais velhos, estes iam puxando o animal na frente e o pai sempre com o arado atrás. (CARVALHO, 2011).

Percebe-se que os pais pouco se importavam com a educação escolar dos seus filhos, principalmente com as filhas. Estas deveriam ficar em casa, ajudando e aprendendo com a mãe as tarefas diárias que estas desempenhariam no futuro.

Geralmente nas pequenas cidades e também nas vilas e vilarejos do Piauí, o trabalho infantil ocorria para que as crianças dominassem algumas habilidades rurais e domésticas e, quando adolescentes pudessem efetivamente trabalhar e ajudar seus pais nas tarefas do dia a dia. Este fato é lembrado nos depoimentos de Maria Margarida de Carvalho e de Rosa Amélia da Silva:

O tempo da criança brincar naquela época era pouco, quase não existia, e se fosse uma brincadeira era de vaqueiro para os meninos e de casinha para as meninas, não existiam brinquedos, estes eram feitos de sabugo de milho e bonecas de pano, então, você pode perceber que desde a infância, a criança era levada para um lado mais responsável, já que as brincadeiras delas simbolizavam tarefas que elas teriam que realizar no futuro. (SILVA, 2012).

Brincar? Não meu filho, brincadeira naquele tempo era correr atrás dos animais na serra – porco, galinha, ovelhas e as vacas – era essas as brincadeiras dos meninos, era o tempo deles irem aprendendo como cuidar deles, como fazer as tarefas de casa, só que de modo não tão pesado, já as meninas, essas sempre brincavam de fazer comida, de fazer casinha, sabe, essas coisas que elas iriam fazer na prática quando estivessem mais mocinhas. (CARVALHO, 2011).

2.4 – O Ensino de forma “não” convencional

A educação escolar era de fato rara em Monsenhor Hipólito, a não ser para as famílias mais abastadas da cidade e que moravam na zona rural, que contratavam *mestres ambulantes* para lecionar as primeiras letras para seus filhos.

O município teve alguns professores importantes para o início dessas funções, entres estes podemos destacar Miguel Ângelo, Jair Pereira Bezerra, e o pioneiro desses professores Antônio Pereira Bezerra, que foi professor do ainda povoado Riachão – este

foi seminarista, estudou na cidade do Crato, estado do Ceará onde lecionava nas casas dos pais de famílias apenas o ensino básico: ler, escrever e contar. Segundo Ana de Sousa Bezerra (2012), além deste, outros professores particulares também desenvolviam o ofício de professor na cidade, como Ângelo de Maria Bezerra e Jair Pereira Bezerra. Como podemos perceber, havia o domínio dos homens na profissão de professor particular na cidade, bem como aconteceu em todo o Piauí durante os séculos XIX e XX. Esses professores ministravam aulas particulares na própria residência do contratante, sendo que as aulas eram lecionadas para todos da família, não sendo destinadas apenas às crianças e adolescentes, como poderemos perceber no relato de Rosa Amélia da Silva:

Escola eu diria que no meio rural praticamente não existia, então, eu me lembro, por exemplo, quando a gente já tinha 10, 12 anos, meu pai, por exemplo, trazia uma professora nas férias, que estudava em Pio IX. Ela estudava o curso ginásial, e eu me lembro que nas férias meu pai pagava pra ela vir dar aula em nossa casa e ficava na nossa família, era uma pessoa ligada a minha mãe familiarmente, e ela ficava na nossa residência dando aula pra gente particular, porque as escolas, principalmente no meio rural, eram praticamente inexistentes, elas existiam apenas em algumas casas de algumas localidades, mais era na forma de Mobral, eu diria que para adultos, pois ensinavam apenas a ler e a escrever, e fazer alguma conta ou outra de matemática, e eram precárias também, porque funcionavam a luz de velas e as pessoas que trabalhavam durante o dia, algumas assistiam aulas a noite, mais não eram todas, já que as localidades ficavam longe umas das outras. (SILVA, 2012).

Situando Monsenhor Hipólito em um contexto nacional, o país passava por algumas mudanças no setor educacional, entre elas podemos destacar a criação do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – criado desde o ano de 1967, mas que tem o início de suas atividades somente no ano de 1970. Em 1971, foi criado no Brasil o Ensino Supletivo, destinado especificamente para o ensino de Jovens e Adultos. “A lei de reforma de ensino de 1971 contém a primeira referência legal à responsabilidade dos Municípios em educação, com a previsão de possível passagem para a responsabilidade municipal dos encargos e serviços da educação, principalmente o 1º grau” (ABREU, 2003, p.4).

Após o ensino dessas primeiras letras – que no caso das localidades campestres da cidade se referia direta ou indiretamente ao aprendizado da leitura, da escrita e das quatro operações aritméticas, esses pais que dispunham de certa condição alugavam casas na sede da cidade e mandavam seus filhos para continuar os estudos.

De acordo com o artigo 168 da Constituição Federal de 1967, “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.” Assim, a educação é direito de todos, e não somente de uma parte privilegiada da sociedade, fato este que aconteceu na cidade de Monsenhor Hipólito, onde uma pequena minoria, de poder aquisitivo, pôde dar uma educação de qualidade aos seus filhos, sendo que alguns casos, essas famílias deslocavam seus filhos para outras cidades, a fim de dar continuidade aos estudos dos mesmos. Nesse ponto surge a pergunta: onde ficou a igualdade de oportunidade?

Foram poucas as famílias que podiam se dar ao “luxo” de ter professores particulares para ensinar seus filhos, bem como de arcar com despesas na sede. Nesse sentido, a continuidade dos estudos de seus filhos, para essas famílias, era sinal de prestígio social, um modo de ser próspero, sendo às vezes considerado um fator de distinção dentro da cidade, já que eram poucas as famílias que detinham certa condição social.

Podemos fazer uma relação do trecho citado acima com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que ressalta: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No entanto, no município de Monsenhor Hipólito, o acontecido foi diferente, sem investimentos maciços por parte do poder público municipal e estadual no que se refere à educação. Nesse sentido, o artigo 208 da mesma constituição, ressalta em alguns aspectos que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I** - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- IV** - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.
- VII** - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Analisando os artigos constitucionais acima destacados, percebemos que a primeira creche construída na cidade de Monsenhor Hipólito, para atender as crianças mais jovens, só foi instalada no ano de 1992, 4 anos após a promulgação da nova

constituição e quase 4 décadas da emancipação política da cidade. Em o outro ponto, já ressaltando o artigo 205, percebe-se que na maioria dos casos, o que aconteceu na cidade de Monsenhor Hipólito foi praticamente o contrário, sem transporte, os alunos tinham que fazer longas jornadas até a escola, sem material adequado, tinham que copiar quase tudo de um único livro, que ficava com a professora.

É dever dos gestores municipais disponibilizar escolas e professores capazes de suprir todas as necessidades da população, não importando se essa reside na zona rural ou na sede do município. Investir em educação é obrigação de todo e qualquer governante. Porém, alguns relatos mostram que essa situação na cidade de Monsenhor Hipólito foi inversa, e estes – governantes – só procuravam saber a situação da população rural em época de eleições. Notaremos nos depoimentos a seguir o retrato da educação no espaço urbano e rural e o descaso e a manipulação de informações referentes à educação, dos gestores públicos da cidade.

Perguntada sobre os investimentos que o Poder Público possivelmente realizava na zona rural desta cidade, Maria Margarida de Carvalho, não relutou em dizer a “verdade crua” e retratar o descaso que este teve com a população sertaneja das localidades afastadas da sede da cidade, ela ressalta o seguinte:

Investia, mas não na educação. A única coisa que eles investiam era em estradas, para que as pessoas pudessem se deslocar para as escolas da sede. Meu filho, os prefeitos daqui só se preocupavam com os dele, você acha que ele iria ligar pra gente pobre do interior? Esse povo só sabia que a gente existia no tempo das eleições, que eles tinham que correr atrás de votos, com promessas e mais promessas, e que depois faziam pouco da nossa situação, quando íamos reclamar essas promessas, e sempre que a gente ia atrás a resposta era a mesma: “a Prefeitura está sem verba”, era um descaso total com a gente do interior. (CARVALHO, 2011).

Outro relato retrata mais uma vez a triste situação da educação no meio rural da cidade:

Que eu me lembre, Pablo, Monsenhor Hipólito contava apenas com algumas escolas aqui na sede, possivelmente o José Alves Bezerra e o Padre Cícero Romão Batista, e as escolas rurais elas eram praticamente inexistentes. Então a educação estava concentrada aqui na cidade e pouca gente tinha acesso a essa educação, já que Monsenhor Hipólito era uma comunidade rural. Os filhos dos agricultores, alguns pais alugavam casas na cidade e botavam seus

filhos pra morar aqui em Monsenhor Hipólito, pra poder frequentar a escola, “alguns”. Pouca gente naquela época, a 20, 30 anos atrás estudava, a maioria realmente não estudava, a escola daquela época eu diria que não era acessível, então o jovem e a criança não tinha acesso à escola, a escola era pra poucos, a maioria da população não estudava. (SILVA, 2012).

Podemos perceber que o descaso do poder público, não era só com a educação, mas com toda a infraestrutura municipal. A população acredita que o bom desempenho da educação atualmente, na cidade, se reflete da boa administração pública “daquele tempo”. Mas que tempo? Que Educação? Uma educação que privilegiava poucos e esquecia muitos? Um lugar onde era preciso se contratar professores particulares de outras cidades para suprir as necessidades “das famílias mais abastadas” porque as pobres jamais teriam condições? Sendo que até mesmo prédios escolares ainda eram inexistentes até a década de 1970, o que havia eram casas alugadas, para o funcionamento das escolas, isso pouco mais de 15 anos após a emancipação política da cidade, e que as aulas, quando haviam eram realizadas nas casas das pessoas, já que não havia escolas propriamente ditas.

2.5 – As Escolas Rurais hipolitanas

O poder público municipal construiu algumas escolas no interior do município. No entanto, é notória a falta de um planejamento adequado na construção e principalmente na localização dessas escolas por todo o território do município. Um município com aproximadamente cinquenta povoados, deveria ter feito um estudo detalhado para dar condições aos seus cidadãos de se deslocar para essas escolas, já que as da zona urbana eram quase inacessíveis para os moradores dos povoados.

Bom, aqui na sede da cidade, tiro pela Unidade Escolar José Alves Bezerra que funcionava somente pra zona urbana. Para os alunos da zona rural estudarem aqui na cidade, era devido a alguns pais muito interessados, que alugavam casas ou colocavam seus filhos em casas de familiares, para estudar, porque de certa forma, e isso foi um fato na zona rural em relação à educação, essa ficava muito à parte, podemos dizer que a zona rural era excluída da educação, porque somente alguns professores se deslocavam até o interior, um ou dois dias na semana para ensinar em escolas precárias, sem instalações adequadas, sem o mínimo de conforto, e principalmente, essas professoras iam somente pra ensinar a 1ª série. (PINTO, 2012).

Percebe-se que a educação escolar foi privilégio de poucos, pelo menos no início da década de 1970. As escolas localizadas no meio rural, do período compreendido entre cerca de 1960 a 2012, podem ser visualizadas na tabela a seguir:

TABELA 05: Escolas Municipais rurais de Monsenhor Hipólito, PI (1960 a 2012)

	Unidade Escolar Municipal	Localidade	Situação
1	U.E.M Ângelo de Maria Bezerra	Serra Azul	Em Funcionamento
2	U.E.M Antônio Hipólito de Sousa	Morrinhos	Em Funcionamento
3	U.E.M Antônio Rodrigues	Gronhon	Paralisada
4	U.E.M Antônio Tenório dos Anjos	Serrinha	Paralisada
5	U.E.M Dirceu Arcov8erde	Jacarandá	Em Funcionamento
6	U.E.M Dom Avelar Brandão Vilela	Sítio	Em funcionamento
7	U.E.M Francelina Bernardina da Conceição	Mandacaru	Paralisada
8	U.E.M Hamilton Lima	Jatobá	Paralisada
9	U.E.M Helvídio Nunes	Mearim	Paralisada
10	U.E.M Inácio Catarino	Favela	Paralisada
11	U.E.M Joana Raimunda dos Anjos	Pendanga	Em Funcionamento
12	U.E.M João José Correia	Goularte	Paralisada
13	U.E.M João Leandro da Costa	Mearim	Em Funcionamento
14	U.E.M José Agripino de Sousa	Morrinhos III	Paralisada
15	U.E.M José Mariano de Sousa	Malhada Bonita	Paralisada
16	U.E.M José Policarpo	Lagoa Dantas	Em Funcionamento
17	U.E.M Lino José de Sousa	Serra Azul	Paralisada
18	U.E.M Lino Rodrigues de Carvalho	Morrinhos II	Paralisada
19	U.E.M Manoel Camilo de Sousa	Nova Olinda	Paralisada
20	U.E.M Moisés Bezerra	Quaresma	Em Funcionamento
21	U.E.M Pedro José de Oliveira	Serra da Porta	Paralisada
22	U.E.M Zilma Policarpo	Cabeceiras	Paralisada

FONTE: Secretaria Municipal de Educação da cidade de Monsenhor Hipólito, 2012



Figura 05: Unidade Escolar Manoel Camilo de Sousa, zona rural da cidade.
Fonte: Arquivo Pessoal de Pablo Marcel Bezerra dos Santos.

Ao observar a tabela 05, acima, constata-se que muitas escolas estão paralisadas, porque não houve – com base em uma conversa informal com Maria Josefa Lima Bezerra, Secretária de Educação do Município (gestão 2009 - 2012), – planejamento na época da construção destas. A Unidade Escolar Manoel Camilo de Sousa, encontra-se atualmente paralisada – pra não usarmos o termo abandonada, no entanto, nem todas as escolas rurais da cidade, foram construídas sem planejamento, em qualquer lugar, mas é claro, que uma parte dessas escolas encontra-se na mesma situação da Unidade Escolar Camilo Manoel de Sousa.

O município estava passando – nas décadas de 1960, 1970 e 1980 – por transformações necessárias para o seu desenvolvimento, como a construção de escolas em povoados. O que não se pensou foi no futuro, no êxodo rural que poderia vir a acontecer, como de fato ocorreu a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, em algumas dessas localidades. Com o passar dos anos, morar em tempo integral na zona rural da cidade, passou a ser mais dispendioso. Era mais fácil se deslocar a estes espaços apenas em épocas de plantio e da colheita. Com isso, ocorreu certo abandono dessas localidades por meio das famílias que lá moravam.

Outro fator que pode ser ressaltado é a falta de motivação por parte dos poucos professores que o município disponibilizava, de se deslocarem da cidade para a zona rural, tendo que passar o dia fora de suas casas, longe de seus filhos. Além do mais, as estradas eram (e ainda são em sua maioria), carroçais, ou seja, aquelas feitas apenas de piçarra, onde os buracos excedem o caminho todo, principalmente em tempos de chuva. Além das “escolas” serem apenas casas com um ou dois cômodos, sem estrutura adequada para comportar qualquer instituição de ensino.

2.6 – O analfabetismo rural em Monsenhor Hipólito

Quando se trata de analfabetismo, percebe-se empiricamente que os maiores índices estiveram e ainda estão concentrados no setor rural da sociedade hipolitana. Ainda hoje, os índices mostram a concentração de pessoas semianalfabetas e analfabetas ligadas diretamente com o setor agrário de sua localidade.

O analfabetismo passou a se constituir como problema, porque as técnicas de leitura e de escrita vão se tornar instrumentos necessários à integração do contexto social brasileiro, somente a partir desse fato, é que são tomadas medidas para por fim a esse grave problema brasileiro, problema esse que se perpetua até os dias atuais.

Com os vários programas implementados pelo Governo Federal, a taxa de analfabetismo que era de 40% em 1970, reduziu-se a partir de 1980, chegando em 1990 a 22% (RIGOTO, SOUSA, s/d p.343).

Analisando a tabela a seguir, das décadas de 1960 e 1970, perceberemos que pouco se avançou em comparação com o número ainda alto de analfabetos do país se comparar à demanda/ tempo ao qual o país passou.

Tabela 06 – Analfabetismo da população brasileira de 15 anos e a mais – décadas de 1960 e 1970

Especificação	1960	1970
Analfabetos	15.815.903	18.14.977
Porcentagem	39,4	33,6

Fonte: REIS FILHO, Casemiro dos. A Revolução Brasileira e o Ensino. 1974a, p.2.

A população brasileira das décadas de 1960 e 1970 estava dividida respectivamente da seguinte maneira:

Tabela 07 – Distribuição da população brasileira pelas diferentes zonas (urbana/rural) – décadas de 1960 e 1970

Especificação	1960	%	1970	%
Urbana	32.004.817	45	52.904.744	55
Rural	38.987.526	55	41.603.810	44
Total	70.992.343		94.508.554	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Um dos fatores que marcou por muito tempo o alto índice de analfabetismo no país, foi à falta de prioridade e investimento em educação por parte dos governantes da nação. A pesquisadora Maria Luiza Santos Ribeiro (2003), fez um levantamento das despesas da União em Educação e Cultura, sendo apenas 5,7% na década de 1950 e de 9% na década de 1970. Nas duas décadas, foi dado mais prioridades a setores como a Fazenda e os três setores da força militar brasileira.

Os altos índices de analfabetismo na zona rural de Monsenhor Hipólito, são confirmados no depoimento de Rosa Amélia da Silva que foi recenziadora do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 1998:

Que eu me lembre, Pablo, Monsenhor Hipólito contava apenas com algumas escolas aqui na sede, possivelmente o José Alves Bezerra e o Padre Cícero, e as escolas rurais elas eram praticamente inexistentes, então a educação estava concentrada aqui na cidade e pouca gente tinha acesso a essa educação, já que Monsenhor era uma comunidade rural, então os filhos dos agricultores, alguns pais alugavam casas na cidade e botavam seus filhos pra morar aqui na cidade, pra poder frequentar a escola, “alguns poucos”, então, pouca gente naquela época, a 20, 30 anos atrás estudava, a maioria realmente não estudava, a escola daquela época eu diria que não era acessível, então o jovem e a criança não tinham acesso a escola, a escola era pra poucos, a maioria da população não estudava. Em 1998 eu fiz o recenseamento da comunidade da BR0-20, e naquela época pra mim foi um susto muito grande quando eu constatei que a maioria da população era analfabeta, era uma raridade encontrar alguém que tivesse concluído o primeiro grau menor. Eu suponho que cerca de mais de 80% da população naquela comunidade era semi ou completamente analfabeta, e isso no final dos anos de 1990. É um absurdo! (SILVA, 2012).

Podemos perceber através do depoimento de Rosa Amélia da Silva, que a falta de planejamento, organização e estrutura, afetou de um modo direto as comunidades rurais da cidade, não sendo proporcionado a estas uma educação de qualidade.

O depoimento ressaltado acima condiz com as explicações da Secretária de Educação da cidade de Monsenhor Hipólito, Maria Josefa Lima Bezerra, que retratou a falta de organização e planejamento como as principais causas da má qualidade do ensino rural da cidade desde 1960.

Com isso, podemos perceber que os poderes públicos pouco ou quase nada se dedicaram, importaram, ou cuidaram da educação dos habitantes do município de Monsenhor Hipólito, sendo que na maioria dos casos, como ressaltou o historiador Alcebíades Costa Filho (2006, p.141) “A população local distribuía-se quase que totalmente pela zona rural, em pequenos núcleos distantes das escolas”. Os interesses destes estavam focados em outros setores econômicos, no entanto, não podemos ressaltar neste trabalho que setores foram estes, pois a cidade continua predominantemente rural, movimentando sua economia com base nos produtos agrícolas locais, a cidade continua às “moscas” diferentemente das cidades vizinhas, que procuram um meio de se desenvolver, com políticas de incentivo à população, com cooperativas e outros métodos. O que podemos perceber nas palavras de Alcebíades Costa Filho, é que esses fatores são do século XIX, no entanto, seus resquícios ainda afetaram o município de Monsenhor Hipólito durante o século XX e provavelmente no século XXI também, devido a falta de investimentos, tanto públicos como privados, algum meio de expansão de renda, a falta de empregos na cidade, entre tantos outros fatores que continuam caracterizando a cidade como um município de cunho ruralista.

CAPÍTULO 03 – Educação urbana: uma educação para poucos

O período ditatorial [1964 – 1985], ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na presidência da República, foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade. (GHIRALDELLI JR, 2006, p.112).

A privatização do ensino e a exclusão dos setores mais pobres da população no regime militar brasileiro, ressaltado pelo filósofo Paulo Ghiraldelli Júnior (2006), também ocorreram por muitos anos na cidade de Monsenhor Hipólito.

Segundo Paulo Ghiraldelli Júnior, após o fim do regime militar e a reabertura da democracia, os partidos políticos que “mais investiram” na educação brasileira foram: PMDB, PDT e PT.

Ao longo do período de 1985 a 2002, surgiram e desapareceram várias agremiações políticas. Algumas delas se preocuparam teórica e praticamente com a educação ou, ao menos, tiveram setores que implementaram alguma ação coordenada de política educacional, entre eles o PMDB, PDT e o PT. (GHIRALDELLI JR, 2006, p. 161-162).

No entanto, esses investimentos não chegaram de forma maciça no município em questão, e se chegaram os gestores públicos não o aplicaram – se é que aplicaram – de forma correta.

Em 1982, a plataforma de Luís Inácio Lula da Silva para as eleições estaduais no estado de São Paulo, denunciou o sentido privatista da política educacional brasileira: por um lado a escola de bom nível, paga a preço de ouro para o filho do rico; por outro lado, a escola mal instalada, mal aparelhada, distante, suja e burocratizada da rede pública oferecida aos filhos dos pobres. (GHIRALDELLI JR, 2006, p.164).

Pode-se perceber que essa realidade educacional denunciada por Paulo Ghiraldelli Jr. também acontecia no município de Monsenhor Hipólito, com a instalação da Unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista, de cunho particular, atendendo principalmente a parte mais rica da cidade, e por outro lado, a Unidade Escolar José Alves Bezerra, de cunho público, da esfera estadual de educação, atendendo principalmente a população que não tinha condições de colocar seus filhos na escola particular.

3.1 – Trajetória educacional da cidade de Monsenhor Hipólito

Neste último capítulo analisa-se a educação escolar na zona urbana da cidade de Monsenhor Hipólito, uma educação que desde sua emancipação política, em 1957, até o início da década de 1970 foi pouco desenvolvida – falta de professores devidamente qualificados, prédios escolares improvisados, falta de recursos didáticos e de uma pedagogia renovadora que rompesse o tradicionalismo na “educação bancária” – tanto por parte do poder público municipal como pelo poder público estadual.

Segundo Ana de Sousa Bezerra (2011), a primeira “escola” criada no município foi a Escola Nuclear, por volta do final da década de 1940, tendo como professor Ângelo de Maria Bezerra. Escola esta que foi fundada por iniciativa de José Alves Bezerra, então vereador da cidade de Picos, representante do então povoado Riachão. Posteriormente à Escola Nuclear, foi instalada a “Casa Rural”, tendo esta a primeira professora da cidade, Maria de Sá Bezerra, esposa de Manoel Alves Bezerra, futuro prefeito da cidade.

Após a emancipação do povoado Riachão em cidade, no ano de 1956, sendo oficialmente emancipada um ano depois, em 1957, o então prefeito municipal naquela ocasião, José Alves Bezerra construiu o colégio Dom Expedito Lopes, situado onde hoje se localiza a Prefeitura Municipal da cidade, passando a disponibilizar os antigos cursos primários. O colégio contava de início com três professoras, sendo estas Maria de Sá Bezerra, Rosa Gonçalves de Moura – mulher do prefeito – e Maria das Dores, esta última residia na cidade vizinha de Jaicós. No entanto, a precariedade da educação escolar no município de Monsenhor Hipólito foi sua principal característica nos primeiros anos após a emancipação política. Nesse período,

Nós ensinávamos em uma pequena casa, ainda pelo estado, pois a educação por parte do município era muito falha, ensinávamos onde hoje é os correios, era quase uma escola, não tinha nome, era só essa pequena casa, comigo e com Perciliana como professoras, para ensinar as crianças a ler e a escrever, depois da construção da escola José Alves Bezerra, foi que tivemos uma melhoria na estrutura da educação, mas na minha opinião, o que marcou o início da educação na cidade foi a chegada da escola Padre Cícero, pois as famílias não tinham como dar continuidade aos estudos dos seus filhos, a não ser aquelas mais ricas, e com o ginásio instalado na nossa cidade, mesmo que de forma privada, facilitou um pouco as coisas para nosso povo. (PINTO, 2012).

Essa história – de precária educação escolar urbana – começa a mudar por volta do ano de 1970, com a construção da Unidade Escolar José Alves Bezerra, de cunho

público que veio para atender algumas reivindicações da população local, bem como sistematizar uma rede educacional na cidade. No entanto, seu projeto já começou restrito. A escola só disponibilizava as primeiras séries, de 1ª a 4ª séries, sendo que não foram todas em um mesmo ano. As séries oferecidas inicialmente eram apenas a 1ª e a 2ª, com o passar de dois anos é que tiveram todas as séries iniciais.

Enquanto a cidade de Monsenhor Hipólito começava, a estruturar o seu sistema educacional, tentando proporcionar uma educação mais acessível para sua população, no panorama regional, houve a instalação da CNEC na cidade vizinha de Santo Antônio de Lisboa, no ano de 1970, e a cidade de Picos começava a se destacar como centro de referência educacional na região.

No panorama estadual, o principal marco desse período foi a implantação da Universidade Federal do Piauí, primeiro na capital Teresina em 1971, e posteriormente expandindo-se por alguns campus, entre estes o campus de Picos, instalado inicialmente em 1982, em funcionamento na Cohab, no prédio da Unidade Escolar Dirceu Arcoverde. O campus tinha inicialmente os seguintes cursos, segundo Ana Tereza Silva Sousa (2003, p.38): “Licenciatura Curta em Pedagogia em supervisão e administração escolar, Letras, Estudos sociais e Ciências”. Em 1987 o campus foi fechado devido a uma série de alegações: falta de espaço físico adequado, baixa aprovação nos vestibulares, inexistência de documentos que comprovassem a criação do campus de Picos. Em 16 de outubro de 1989 o campus pôde funcionar em sua sede própria, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no bairro Junco, na cidade de Picos, fato que somente aconteceu no ano de 1991, quando o campus realmente foi aberto com os cursos de Letras e Pedagogia.

Em 1975, tem-se a criação da Unidade Escolar Municipal Padre Cícero Romão Batista, através da CNEC (Campanha Nacional de Escolas na Comunidade) que vinha a oferecer um ensino um pouco melhor, abrangendo todas as séries do ginásio. No entanto, essa iniciativa destinava-se a um grupo social restrito, apesar de ter vindo de um conjunto de pessoas públicas. Isto é, a escola era de cunho particular, assim nem todas as pessoas da cidade poderiam matricular seus filhos, principalmente aqueles que dependiam da roça para sobreviver ou aqueles que moravam em localidades fora dos arredores da zona urbana, o que muito dificultou a propagação da educação na cidade.

3.2 – Unidade Escolar José Alves Bezerra

A criação de uma escola pública por parte do governo estadual ocorreu de maneira tão lenta e desorganizada quanto as escolas rurais municipais. Somente em 1970, foi construído o prédio para acolher a escola, José Alves Bezerra. Antes da construção desse prédio, o governo estadual alugava uma casa, na Rua Manoel Bezerra.

Antes a gente ensinava em uma casa particular, cedida pelo Manoel Alves Bezerra, lá eu comecei a ensinar a 1ª e a 2ª série, em horários diferentes, antes, depois nós viemos, no Governo de Marcos Policarpo do Carmo, quando construíram a Unidade Escolar Estadual José Alves Bezerra, em homenagem ao 1º prefeito da cidade. Lá iniciei sozinha as atividades escolares, ocupava o cargo de professora e de diretora, somente 1 ano depois, foi que surgiu outra professora, Maria Rosa de Sousa Carvalho, e em seguida Odete Anísia de Jesus. (PINTO, 2012).

Enquanto isso, na capital do estado do Piauí, Teresina, mesmo sendo na zona rural da capital, as turmas formadas nas escolas eram de cunho multidisciplinar e heterogêneas, como ressalta as autoras Marly Macedo e Maria do Amparo Borges Ferro (2009, p.124) no texto “Memórias de professoras primárias teresinenses e suas histórias, 1960-1970” “as turmas eram heterogêneas e só funcionavam em um único turno, enfim, a prática escolar era de caráter mais experiencial”. Diferentemente da cidade de Monsenhor Hipólito, onde as turmas eram homogêneas, tendo um horário determinado para cada disciplina.

Quanto à sua denominação, recorreu-se a relatos de antigos professores e alunos bem como projeto político pedagógico da escola, que traz o seguinte:

A denominação Unidade Escolar José Alves Bezerra foi uma homenagem feita ao primeiro prefeito eleito, o Senhor José Alves Bezerra, homenagem esta feita pelo seu genro Manoel Alves Bezerra, prefeito este que inaugurou a referida unidade em 1971 durante o seu mandato como prefeito municipal. Foi feita a homenagem também pelo fato de o senhor José Alves Bezerra ter sido o fundador da escola e um dos principais representantes políticos da época. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006).

O ensino disponibilizado de início pela escola, ainda na antiga localização – hoje funcionam os Correios – eram apenas as primeiras séries do Primário, ou seja, sendo que as primeiras séries e as suas respectivas disciplinas eram ensinadas apenas por uma professora – fato que revela, mais uma vez, a falta de investimentos na educação por parte dos poderes públicos do nosso estado do Piauí. As séries iniciais completas só vieram a ser implantadas pelo Estado alguns anos depois, de forma gradativa, pois não havia professores capacitados e/ou qualificados para assumir o cargo. Em relação à

capacitação dos professores, a cidade de Monsenhor Hipólito herdou uma prática da época da Colônia e do Império, ou seja, a contratação de professores leigos, por intermédio de políticos e de pessoas de um nível social e político elevado, principalmente nas regiões interioranas do Brasil, onde além da escassez de professores, havia também a escassez de prédios escolares, facilitando assim a admissão de professores pouco qualificados.

Mais uma vez o interesse político-partidário entra em questão com a educação. Isto é, os gestores públicos não estavam preocupados apenas em atender o “clamor social”, mas também conquistar votos para as eleições municipais e estaduais. Sobre o interesse dessas articulações políticas, Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto ressaltou que:

Foi de início o clamor da população, devido a necessidade de um prédio próprio pra funcionar a escola estadual. Eu acredito que também houve alguma manobra política, uma cidade que não tinha nenhum colégio pra funcionar. Eu acredito que teve uma junção desses dois fatores. (PINTO, 2012).

Como já foi ressaltado neste trabalho, no depoimento de Rosa Amélia da Silva (2012), a maneira como ocorria a admissão dos servidores públicos nessa época, se dava através da indicação ou apadrinhamento político. Dessa forma, a ocasião para assumir o cargo da direção da Escola José Alves Bezerra, não poderia ser diferente, a própria Maria das Graças Pinto (2012), em seu depoimento ressaltou isso:

Eu fui convidada pra ser diretora da Unidade Escolar José Alves Bezerra, a convite do então prefeito da cidade, Virgílio de Sá Bezerra, para dirigir a Escola, na ocasião, os requisitos naquela época, a Secretaria de Educação do Estado, exigia apenas o curso pedagógico. (PINTO, 2012).

O início foi um pouco dificultoso, com poucas professoras, poucos materiais didáticos. Com o passar dos anos, a escola foi ampliando sua estrutura e adquirindo novos professores.

Era um espaço físico razoavelmente agradável, tinha uma diretoria, algumas salas, uma pequena cantina, um pátio, que em comparação do de hoje era bem menos amplo, com relação às salas de aula, algumas permaneceram e foram apenas reformadas, mesmo o espaço sendo menor que hoje, tinha uma área muito boa, e arejada pras crianças gente brincarem, tanto dentro como fora da escola, nos seus arredores. (PINTO, 2012).

O depoimento acima, se refere ao início da década de 1980, quando a estrutura do prédio já tinha “boas” acomodações, professores suficientes para atender a demanda do alunado local. As disciplinas ministradas por essa época, não diferiam muito das aplicadas durante algumas décadas anteriores e seguintes. Segundo o quadro docente da escola, as disciplinas oferecidas por esta eram as seguintes: em Português via-se muita gramática, cópia e ditado; já em Matemática aprendia-se principalmente as quatro operações e as frações; em Ciências via-se o corpo humano; em Estudos Sociais era visto uma parte da História e da Geografia, onde eram abordados o descobrimento do Brasil, as regiões brasileiras, etc.; havia também a Educação Física só que a mesma só era estudada na prática.

Outro aspecto a ser ressaltado é que as escolas implantadas na sede do município que dispunham de uma educação de melhor qualidade, em comparação às escolas da zona rural, eram exclusivas para a zona urbana. Os poderes públicos não disponibilizavam transporte escolar e os moradores das localidades rurais não tinham condições de deslocar seus filhos para morar na cidade, nem de deixá-los caminhar todos os dias para a sede, já que tinham que ajudar os pais nos trabalhos da roça. Percebe-se esse fato no depoimento de Maria das Graças Pinto:

Bom, aqui na sede da cidade, tiro pelo José Alves Bezerra que funcionava somente pra zona urbana. Para os alunos da zona rural estudar aqui na cidade, eram devido a alguns pais muito interessados, que alugavam casas ou colocavam seus filhos em casas de familiares, para estudar, porque de certa forma, e isso foi um fato na zona rural em relação a educação, essa ficava muito a parte, podemos dizer que a zona rural era excluída da educação, porque somente alguns professores se deslocavam até ao interior, 1 ou 2 dias na semana para ensinar em escolas precárias, sem instalações adequadas, sem o mínimo de conforto, e principalmente, essas professoras iam somente pra ensinar a 1ª série. (PINTO, 2012).

Em relação aos filhos de agricultores que conseguiam estudar na escola, devido ao esforço dos pais, surgia um impasse: como seria a rotina destes alunos em períodos de colheita do feijão, do milho ou em épocas de *dismanchas* (nome dado à época em que era feita a farinha e a goma)? Na maioria dos casos, os pais eram pobres e não tinham condição de contratar empregados para esse período da agricultura local, assim os filhos lhes ajudavam. Nesse aspecto, algumas medidas eram tomadas pela direção da escola, visando não atrapalhar os estudos dos alunos e nem o trabalho na roça, onde os pais tinham que tirá-los da escola.

Eu acredito que os pais no período das colheitas, viam a escola com uma certa discórdia, porque nessa época, os filhos tinham que ajudar bastante os pais. Por exemplo, na época da planta, da colheita também, os alunos ficavam sem frequentar a escola. Então era um grande problema para a coordenação da escola. A gente teve até mesmo que mudar o calendário escolar, para não prejudicar esses alunos, principalmente na época da colheita. Então, parávamos as atividades por uma ou duas semanas, para que os filhos dos agricultores pudessem ajudar os pais na lavoura e para que estes não fossem prejudicados em relação ao avanço das atividades escolares. (PINTO, 2012).

3.2.1 – Eventos Culturais da escola

Assim como a Unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista, realizava os desfiles cívicos de 07 de Setembro, a escola José Alves Bezerra também o realizava, (veja nos anexos, fotos 03 e 04). Era um meio de interagir diretamente com a população local, que na falta de espaços de lazer e de momentos de diversão, aproveitava o desfile cívico para sair às ruas da cidade.

A data 7 de setembro era comemorada pela escola, com desfile, grandes comemorações, a gente decorava carros, eram muitas apresentações. O pessoal saía às ruas para prestigiar o desfile, era um meio de diversão local, já que a cidade não tinha muitos espaços para o lazer da população, e nem muitas festas a não ser a Festa da Padroeira que era em julho. Então de certa forma, era um atrativo para a população. (PINTO, 2012).

A escola não deixou de lado as práticas mais tradicionais como as comemorações do dia das mães, festas juninas marcantes em todo o nordeste, dia das crianças, dia do professor, dia dos pais. Além disso, a escola também realiza momentos reflexivos com palestras informais com profissionais de diversas áreas, como educação, saúde e até mesmo do poder público.

Na década de 1980, a escola começa a ganhar mais “corpo” tanto no que se refere a sua infraestrutura como no nível educacional que a escola passou a oferecer. No setor educacional, a escola passou a disponibilizar para a sociedade hipolitana o ensino fundamental menor completo (Primário de 1ª a 4ª série, hoje 5º ano), - lembrando que a diretora da referida escola Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto relatou que as séries foram sendo implantadas gradativamente - funcionando assim os três turnos: pela manhã a 1ª a 2ª série, pela tarde a 3ª a 4ª série e à noite um ensino acelerado denominado SUPLETIVO, que corresponde hoje ao EJA (Educação de Jovens e

Adultos). Só por volta de 1994 foi implantado na escola o ensino fundamental maior (de 5ª a 8ª série), que na atual denominação do 6º ao 9º ano.

A educação era um pouco limitada, pelo fato da escola não possuir material adequado ao aprofundamento dos estudos. Os livros eram poucos e muitas vezes compartilhados com outros alunos. A metodologia se reduzia ao processo pelo qual o professor copiava o conteúdo, fazia o exercício e elaborava a prova (esta na maioria das vezes escrita no quadro pelo professor e copiada pelos alunos). Mesmo com tanto empecilho, foi possível ver e sentir que muitos não deixaram de aprender de forma proveitosa, isso pode ser constatado, tanto pelo índice de aprovações, como também o desempenho que esses alunos exerceram e ainda exercem, tanto na vida social, como também na vida profissional.

3.2.2 – As Disciplinas

O quadro a seguir mostra como eram distribuídas as matérias lecionadas na época e seus respectivos professores:

Tabela 08: Quadro de Professores da Unidade Escolar José Alves Bezerra, 1985.

PROFESSORES	DISCIPLINAS MINISTRADAS EM 1985
Anália Maria Bezerra	Comunicação e Expressão (Português)
Antônia Ana Bezerra	Português/ Matemática
Aurení Ana Bezerra	Educação Física
Joana Maria Bezerra	Estudos Sociais
Josefa Maria Lima Bezerra	Comunicação e Expressão (Português)
Josete Maria Fernandes Bezerra	Comunicação e Expressão (Português)
Maria Anália dos Anjos	Ciências
Maria da Paz de Jesus	Matemática
Maria Doralece Bezerra Policarpo	Ciências
Maria Gorete de Sá Bezerra	Estudos Sociais

Maria Helena Bezerra Policarpo	Matemática
Odete Anízia de Jesus	Educação Física
Rosa Maria Bezerra	Comunicação e Expressão (Português)

Fonte: Livro Documental da Unidade Escolar Estadual José Alves Bezerra, 1985.

Percebe-se que a escola na década de 1980, apesar de oferecer apenas o ensino primário, já tinha disponível um quadro de professores capaz de suprir as necessidades de todas as disciplinas oferecidas pela escola. Além do mais, havia certa “intimidade” entre o corpo docente que compunha a escola e a sociedade. Existia o companheirismo entre os alunos, o respeito destes para com o professor e o acompanhamento dos pais no rendimento escolar dos filhos. Podemos perceber esses aspectos na fala de Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto:

Essa relação foi desenvolvida de maneira muito saudável, a relação dos professores, do diretor, com a sociedade, nada deixou a desejar. Muitas vezes a gente reunia os professores, os alunos que tinham mais condição pra ajudar aqueles que não tinham, às vezes pra comprar um caderno, fazíamos qualquer esforço pra conseguir o fardamento desses alunos, para aqueles alunos que não tinham condição de comprar. (PINTO, 2012).

Constata-se assim, que a Unidade Escolar José Alves Bezerra, passou pelos mesmos problemas que o colégio Padre Cícero no início de suas atividades: a falta de estrutura, de professores, de material didático, o que não impediu sua prestação de serviços à sociedade de Monsenhor Hipólito, que tinha na escola o “refúgio” para proporcionar uma educação de “melhor qualidade” para os seus filhos. Só por volta de 1994 foi implantado na escola o Ensino Fundamental maior (de 5ª a 8ª série), que na atual denominação do 6º ao 9º ano, e somente no ano de 2000, a escola passou a oferecer o Ensino Médio aos estudantes locais, sendo ainda hoje, a única escola que oferece este nível de ensino na cidade.

3.3 – CNEC – Campanha Nacional de Escolas nas Comunidades

A primeira escola a oferecer, uma educação de qualidade, foi a Unidade Escolar Cenequista Padre Cícero. Esta escola vinculou-se a uma Organização Não Governamental chamada CNEC, que desenvolvia uma campanha nacional de assistencialismo escolar.

Mas o que de fato foi a CNEC, qual o seu propósito, como surgiu e como chegou até a cidade de Monsenhor Hipólito?

A CNEC foi fundada “[...] em Recife no dia 29 de julho de 1943, o Brasil passava por um momento de forte agitação política e social. Encontrava-se sob a égide de um regime autoritário denominado Estado Novo (SILVA, 2010, p.19)”. Inicialmente com o nome de Campanha dos Ginasianos Pobres - CGP. O projeto inicial partiu da idealização de um estudante, Felipe Tiago Gomes, que quando estudante sofreu na própria pele o problema financeiro da escola em sua vida estudantil, carente e sem recurso, resolveu buscar uma solução para os estudantes que como ele passariam pela mesma situação.

Apesar de ter dado início a um projeto pioneiro, o fundador da CNEC, Felipe Tiago Gomes, tinha noção e consciência dos obstáculos que a instituição iria encontrar em sua jornada:

[...] O nosso ideal é o mesmo: servir à Pátria desinteressadamente. [...] Mas não é de admirar que mesmo aqui também haja exceções. É natural. Num país como o nosso, tão pobre de idealistas e de gente interessada nos verdadeiros problemas nacionais, onde a indiferença e o gracejo com as coisas mais sérias são virtudes, é natural que não deixem de aparecer “quintas colunas” do nosso ideal, com a finalidade única de sabotá-lo. Eles não veem o filho do homem pobre que deseja estudar e não pode. (GOMES apud SILVA, 2010, p.19).

Os promotores da CGP (Campanha dos Ginasianos Pobres), durante o ano de 1945, cogitaram em mudar o nome da entidade para Campanha dos Ginásios Populares. Isso porque eles achavam que a denominação Campanha de Ginasianos Pobres passava a ideia de um trabalho de auxílio indigencial, como se fosse um trabalho feito de cima para baixo, em termos políticos educacionais, enquanto, na verdade, era um trabalho de estudantes pobres que dava incentivo diferente, solidário, não sentimental. Com isso, no ano de 1946, a entidade passou a chamar-se Campanha dos Ginásios Populares - CGP. Essa denominação teve duração efêmera (SILVA, 2010, p.22).

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o Partido Comunista Brasileiro - PCB, embora não tenha elegido o seu candidato a presidente da República, elegeu um considerável número de deputados federais, quatorze deputados. O PCB estava então no apogeu, com isso, a denominação Campanha dos Ginásios Populares, naquela época, para alguns, parecia que se tratava de atividade comunista, era como se a palavra

"popular" fosse propriedade do Partido Comunista, portanto, os diretores do CGP, para evitar problemas no meio político – já que esses consideravam esse trabalho uma obra apartidária –, em 1946, resolveram mais uma vez mudar o nome para Campanha dos Educandários Gratuitos – CEG (GOMES, 1980, p.54).

Essa denominação perdurou até dezembro de 1948 quando se realizou o I Congresso Nacional da Campanha de Educandários Gratuitos, nessa ocasião, por recomendação do diretor do Departamento Nacional de Educação, Lourenço Filho, foi elaborado um estatuto de âmbito nacional. Durante esse congresso a campanha passou a se chamar Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEG. Em julho de 1969, ocorreu o XVII Congresso Ordinário da CNEG, onde foram revistos os princípios da campanha, pois a expressão "Educandários Gratuitos" já não correspondia mais a realidade. Buscou-se então uma nova significação para o trabalho educacional de "autoajuda", mas assegurando que não haveria finalidade lucrativa, e que seria mantida a prioridade de matrícula aos estudantes sem recursos, independente de qualquer contribuição, porque embora não objetivasse lucros, a entidade não suportava mais o peso da gratuidade, portanto, o aluno ou a comunidade era responsável por uma contribuição para atender as necessidades de manutenção da escola e permitir o regular funcionamento. Portanto, durante esse congresso a CNEG passou a denominar-se Campanha Nacional de Escolas de Comunidades - CNEC (SILVA, 2010, p.23).

Segundo Dulce Oliveira Vermelho e Joel Pontes (1984), a CNEC foi criada com o propósito de:

- Instituir uma rede de educandários gratuitos para o ensino médio em todo o território nacional, para que haja para todos, a mesma oportunidade de instrução.
- Ministrando conhecimentos dentro da realidade brasileira para que de seus educandários saiam cidadãos dignos e prestantes.
- Criar e manter, em seus educandários, instituições extra-programas que concorram para a formação social de seus educandos e sua integração na comunidade. (VERMELHO; PONTES, 1984, p.36).

No próprio estatuto da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, ressalta-se que havia três tipos de sócios:

- Mantenedores – os que contribuem com quantia mensal definida pela Assembleia local, conforme normas específicas fixadas pela Diretoria Nacional.

- Remidos os que adquirem o “Título de Remissão” valor a ser fixado pela Diretoria Nacional;
- Beneméritos – os que, a juízo da Diretoria Nacional, tiverem prestado relevantes serviços à instituição ou que para ela tenham contribuído com quantia apreciável. (CNEC, 1996, p.6).

Observa-se então que nem João Batista da Silva, nem o próprio Felipe Tiago Gomes, em algum momento, ressaltam que a CNEC poderia ser uma ONG – Organização Não Governamental. Mas com a leitura das partes, e os termos no estatuto da instituição, notemos que a CNEC, mesmo que não assumida, era um Órgão Não Governamental, devido a algumas características: as escolas eram fundadas em parceria com os poderes públicos, locais, e estaduais; o próprio governo federal apoiou o movimento estabelecendo algumas escolas em alguns estados do País.



**Primeira unidade da CNEC:
Ginásio Castro Alves - Recife/PE**

Figura 06: Primeira Unidade Escolar da CNEC – Ginásio Castro Alves, Recife/ Pernambuco
Fonte: Colégio Cenecista Monsenhor Antônio de Sousa Gens.

3.4 – A instalação da CNEC na cidade de Monsenhor Hipólito

A instalação da CNEC em Monsenhor Hipólito na visão de algumas pessoas – adversários políticos do então prefeito Virgílio de Sá Bezerra, do PSD, e até mesmo partidários, como Maria da Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto – foi uma junção de

clamor social com manobras políticas. Até 1975, o município não disponibilizava uma educação de qualidade, sendo que tanto na zona urbana como na zona rural, não havia o Curso Ginásial. A chegada da CNEC na cidade ocorreu em março de 1975, instalando o colégio Cenecista Padre Cícero Romão Batista, na gestão municipal do então prefeito Virgílio de Sá Bezerra. Esta unidade escolar Cenecista não tinha prédio próprio, funcionava nas dependências do antigo grupo escolar Dom Expedito Lopes, espaço físico este que atualmente abriga a sede da Prefeitura Municipal de Monsenhor Hipólito. A construção da sede própria da CNEC em Monsenhor Hipólito teve início em 1980 e foi concluída em 1982. A escola funciona até hoje na rua Noberto Gomes, nº 183.

A CNEC instalou-se em cidades vizinhas e nem tão vizinhas a Monsenhor Hipólito, entre elas a cidade de Dom Expedito Lopes, onde em 1980 instalara-se, na Unidade Escolar Doutor Urbano Maria Eulálio. No entanto, o município de Monsenhor Hipólito pecou muito nas tentativas de melhoria da educação dos seus habitantes, um exemplo disso foi a falta de uma biblioteca na cidade, onde os alunos pudessem desenvolver a leitura, entre outras habilidades, contrário a esse quadro, em Dom Expedito Lopes, por exemplo, a cidade dispunha de um total de 3 bibliotecas, já desde a década de 1980.

A criação do curso ginásial na cidade oportunizou a continuidade dos estudos, fato até então restrito as famílias mais abastadas que poderiam enviar seus filhos para outras cidades, como Picos. Em Monsenhor Hipólito, a CNEC instalou-se devido a uma parceria com a Prefeitura Municipal, que arcava com parte das despesas, e com isso tinha o poder de distribuir bolsas gratuitas aos alunos mais pobres que não podiam contribuir financeiramente.



Figura 07: Início da construção da sede própria da Unidade Escolar “Cenecista” Padre Cícero Romão Batista, 1980.

Fonte: Estúdio Talvanis Design: DVD comemorativo de 35 anos da Escola Padre Cícero Romão Batista, 2011.

Após a instalação da Unidade Escolar Cenecista Padre Cícero Romão Batista houve uma melhoria significativa no setor educacional da cidade. Durante o período em que a unidade escolar esteve sob o amparo da CNEC, a diretora da mesma foi Maria dos Santos Bezerra Gomes, conhecida popularmente como *Santinha*, que exerceu e exerce o cargo de diretora da instituição desde a sua fundação até os dias de hoje. No entanto, o que se pode perceber é um cargo “vitalício”, sendo que o cargo de diretora do então Colégio Padre Cícero, foi exercido de forma exclusiva pela senhora Maria dos Santos Bezerra Gomes. Em outras localidades em que a instituição marcava presença, era diferente, sendo realizadas eleições para a escolha da diretoria, como vê-se no caso da cidade de Dom Expedito Lopes: No próximo dia 23, às 18 horas, a comunidade Expeditense assistirá os trabalhos para que os sócios cenecistas se manifestem em eleições diretas para a escolha da nova diretoria do setor local biênio 87/89¹”. A referida diretora ressaltou em depoimento que no quesito cordialidade, sempre houve um tratamento de muito bom gosto da Administração Estadual Cenecista com a administração da direção municipal da escola. Em cada estado que a fundação era instalada, era designada uma administração estadual, que ficava situada nas capitais. No caso do Piauí, a sede estadual da CNEC-PI ficava em Teresina, sob direção de Valmir

¹ Balanço de uma administração. Jornal O Buriti. Dom Expedito Lopes, Ano1, N° 02, 28, mar. 1983, p.4.

Cruz. Maria dos Santos Bezerra Gomes, ressaltou ainda algumas contribuições com a chegada do curso ginásial na cidade através da CNEC:

A principal contribuição, para mim, foi a possibilidade dos filhos das famílias que não tinham condição poder continuar os estudos sem ter que se deslocar para outras cidades, o que era muito dispendioso. Outro fator é que com a criação do ginásio na cidade, houve um despertar no Governo Estadual para estender o ensino público na cidade, criando a Unidade Escolar José Alves Bezerra, que contribui e muito para desenvolver a educação na cidade, pois nem todas as famílias tinha condição de colocar seus filhos no Padre Cícero, já que havia uma pequena contribuição mensal paga pelos alunos. (GOMES, 2011).

A instalação da Unidade Cenequista trouxe significativas melhorias na educação do município, a qualidade do ensino oferecida por esta era considerada de boa qualidade, outro fator, é que por ser uma instituição de cunho particular, os pais estiveram mais presentes no acompanhamento educacional dos seus filhos. A instalação do Curso Ginásial na cidade modificou de certa forma a vida não só dos estudantes, mas de toda a comunidade hipolitana. A partir daquele momento, as famílias hipolitanas não precisariam deslocar seus filhos para outras cidades, para cursar o ensino ginásial – devemos ressaltar que o ensino médio na cidade só foi implantado no ano de 1994, também por parte do colégio Padre Cícero e também de forma particular – o que deu novas possibilidades a pessoas que já haviam parado seus estudos de retornarem à vida acadêmica, como pessoas casadas que pararam seus estudos por falta de oportunidade e passaram a dedicar-se à família e alguns jovens que sem alternativas tiveram que voltar a trabalhar na roça. Ou seja, foi uma mudança de eixo no rumo das vidas de algumas pessoas.

A Unidade Escolar Cenequista, deu início às suas atividades no município oferecendo apenas a parte final do antigo 1º Grau, ou seja, da 5ª a 8ª série, que era o principal problema encontrado até aquela época pelos estudantes da cidade, fato este que perdurou praticamente até a municipalização do colégio em 1998, somente depois dessa data, foi que a unidade escolar passou a oferecer também o ensino primário à população hipolitana.

As atividades realizadas na unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista, no período de 1975 a 1998, foram bem aceitas pela sociedade hipolitana, fato este que despertou nos gestores públicos municipais a possibilidade de municipalizar esta instituição de ensino. Assim, a municipalização ocorreu no dia 28 de janeiro de 1998. A

Unidade Escolar Cenequista, passou a ser Unidade Escolar Municipal Padre Cícero Romão Batista, através do decreto municipal 01/98:

Art.1º - Fica decretada a municipalização da Unidade Escolar Municipal Padre Cícero Romão Batista;

Art.2º - O município então assume, toda a manutenção da referida Unidade, bem como a contratação, a renumeração e aperfeiçoamento do pessoal técnico, administrativo, docente e demais profissionais da educação.

A diretora da referida unidade escolar, em relação à sua municipalização ressaltou que:

A medida tomada foi uma decorrência da possibilidade de ampliar o ensino através dos recursos públicos, estendendo o ensino para um maior número de alunos e um maior número de séries. A municipalização da unidade foi uma medida tomada por conta do envio de verba do Governo Federal para a Educação Municipal. A CNEC foi um projeto de sucesso, sendo que não houve nenhum atrito que pudesse levar a municipalização do colégio, foi mesmo uma questão de economicidade, de ampliar o acesso aos alunos mais pobres da cidade. (GOMES, 2011).

Ao se falar em economicidade, ressaltam-se as várias bolsas que o poder público municipal disponibilizava para a comunidade. Foram tantas bolsas, que se optou pela municipalização da escola. Além do mais, a cidade deveria ter uma instituição de ensino que atendesse as necessidades de sua população. No bom ditado popular, “juntou-se o útil ao agradável”.

A Unidade Escolar Cenequista Padre Cícero Romão Batista, segundo a diretora *Santinha* sempre disponibilizou bolsas integrais e parciais que eram sorteados entre os alunos, além daqueles de baixa renda que ganhavam a bolsa diretamente. O que se pode perceber, é que a instalação da CNEC na cidade, trouxe a oportunidade das famílias menos abastadas, mesmo que com um leve ou pesado esforço, dar continuidade aos estudos dos seus filhos.

3.4.1 – A formação da primeira turma ginásial cenequista da cidade de Monsenhor Hipólito

Na época em que se instalou a Unidade Cenequista na cidade, o corpo docente da escola foi composto principalmente por mulheres, Maria dos Santos Bezerra Gomes (Diretora), Eufrasia, Perciliana Bezerra Lima, Gracinha, Delma e Jandira (Professoras), os servidores gerais: Reis, Josefa (mais conhecida como Dê), Neném de Dandô, e Raul Bezerra.



Figura 08: Corpo docente do início das atividades escolares da Unidade Escolar Cenequista Padre Cícero Romão Batista, 1975.

Fonte: Estúdio Talvanis Design: DVD comemorativo de 35 anos da Escola Padre Cícero Romão Batista, 2011.

A primeira aula da Unidade Cenequista ocorreu em 3 de abril de 1975, ministrada pela professora Santinha Bezerra, então professora de Português. De início a unidade contava com duas turmas de 45 alunos. A primeira turma a se formar no Curso Ginásial da cidade foram os seguintes estudantes:

Alba Bezerra Lima, Amâncio Antônio dos Anjos, Anaete Guilhermina de Sá, Ângelo de Maria Bezerra Neto, Artaxerxes Policarpo de Sá, Attfield Policarpo de Sá, Aureni Ana Bezerra, Carlos Hamilton Bezerra Lima, Claudemir de Sousa, Edilberto de Sá Bezerra, Francisco Bibiano Pereira, Francisco Valdemirton, Indalécio José Bezerra, Joacir Elias de Sousa, José Bezerra de Sousa, José Bezerra Sobrinho, José de Sousa Bezerra, José Dorileu Bezerra Policarpo, José Elias de Sousa, José Ribamar Gomes da Costa, José Valdeirton, Josefa

Ana de Sousa, Josefa Maria Lima Bezerra, Josefa Zélia Bezerra, Josefa Zenaide de Sá Bezerra Pinheiro, Lana Maria Rodrigues, Manoel de Sousa Neto, Manoel Gomes Neto, Maria Assunção Bezerra, Maria da Paz Alves Filha, Maria das Dores Bezerra, Maria de Fátima Gomes, Maria de Sousa Bezerra, Maria do Socorro Bezerra, Maria do Socorro de Sá, Maria Doracelma Bezerra Policarpo, Maria Doralece Bezerra Policarpo, Maria dos Remédios Bezerra Gomes, Maria Edna Bezerra, Maria Elelucia de Sá Bezerra, Maria Elsa de Sá e Silva, Maria Euniceles Rodrigues Bezerra, Maria Gorete de Sá Bezerra, Mirta Maria de Sá Pinheiro, Rosa Maria Bezerra, Sinval Sérvulo Gomes, Zilma Policarpo de Sousa”. Esses jovens foram os pioneiros na educação de Monsenhor Hipólito, formando a primeira turma Cenecista do Curso Ginásial na cidade, turma batizada de Professor Valdir Cruz. (PLACA COMEMORATIVA DOS 30 ANOS DA FORMAÇÃO DA PRIMEIRA TURMA GINASIAL, ESCOLA PADRE CÍCERO ROMÃO BATISTA, 2011).



Figura 09: Reunião de Professores, Alunos e Autoridades locais e da Coordenação Estadual da CNEC na formatura da primeira turma ginásial da cidade de Monsenhor Hipólito, 1978.

Fonte: Estúdio Talvanis Design: DVD comemorativo de 35 anos da Escola Padre Cícero Romão Batista, 2011.

3.4.2 – Eventos culturais – Semana Cultural: uma marca do colégio Padre Cícero

A “Semana Cultural” foi um dos eventos que marcou a trajetória do colégio Padre Cícero antes e depois da sua municipalização em 1998. Devido ao sucesso deste evento ele foi incorporado definitivamente às atividades escolares do colégio e também ao calendário cultural da cidade de Monsenhor Hipólito.

O evento ocorria em anos que não haveria eleições, tanto municipais, como estaduais e nacionais. Segundo a diretora Santinha Bezerra, essa foi uma medida pensada pela direção para evitar algumas discórdias que pudessem acontecer. A cidade sempre foi envolvida arduamente com a política, envolvendo este que decidiu a vida de muitos de seus cidadãos. Na maior parte de sua história, a cidade foi “comandada” por uma única família – a família Bezerra – que governa a cidade praticamente desde sua emancipação. Apenas em uma ocasião isto foi diferente, no governo municipal de Marcos Policarpo. A Semana Cultural era e ainda é realizada no mês de Setembro, com o envolvimento não só da escola, mas de toda a comunidade.

Dentro do evento, durante a semana – de segunda a quinta – eram feitas atividades esportivas, concursos de redação, apresentação de peças teatrais, entre outras coisas. Na sexta feira, a escola se dividia em dois blocos – um formado pela 5ª e 8ª série, outro formado pela 6ª e 7ª série – para a disputada da Gincana. Ocorria uma série de apresentações com tarefas específicas, onde alunos e professores se empenhavam para vencer.

Segundo a diretora Santinha Bezerra (2011) o evento era apenas uma forma de estimular o desenvolvimento cultural dos jovens alunos da escola. Mas o evento cresceu tanto e de uma forma tão significativa, tanto para a escola como para a cidade, que a sociedade hipolitana, em anos que iria haver o evento, já esperava ansiosa pela chegada deste. A mesma ressalta que as escolas das cidades vizinhas passaram a marcar presença em alguns dias do evento.

A ex-aluna da escola, Josefa Zélia Bezerra, traduz em depoimento o que o evento tornou-se para escola e para a cidade:

A semana cultural foi um evento idealizado pela diretora da escola, Santinha Bezerra. A princípio houve uma pequena relutância dos alunos da escola em participar da Semana Cultural, mas que aos poucos deu lugar à participação de quase todos da escola. Na segunda vez que o evento foi realizado, a participação dos alunos já superou as expectativas da direção. Além de tudo, era um evento, que além de descontrair a todos, era uma forma proveitosa de aprendizagem que a gente tinha. (BEZERRA,2011).

Além desta, havia outra atividade desenvolvida pela escola, antes de sua municipalização, eram os desfiles cívicos no dia 7 de setembro, onde os alunos desfilavam nas principais ruas da cidade, apresentando coreografias, danças e

apresentações artístico-culturais. No entanto, essa atividade foi “deixada” de lado pela escola quando os trabalhos com a Semana Cultural iniciaram.



Figura 10: Desfile cívico de 7 de setembro organizado pela Unidade Escolar Cenequista Padre Cícero Romão Batista, 1982.

Fonte: Estúdio Talvanis Design: DVD comemorativo de 35 anos da Escola Padre Cícero Romão Batista, 2011.



Figura 11: Semana Cultural: Apresentação dos estilos musicais que marcaram as décadas de 1980 e 1990, 1997.

Fonte: Estúdio Talvanis Design: DVD comemorativo de 35 anos da Escola Padre Cícero Romão Batista, 2011.

3.4.3 – As dificuldades encontradas no início

A CNEC no início da sua instalação em 1975 ‘ainda na sua sede anterior, atual Prefeitura Municipal, como ressalta o depoimento de Aurení Ana Bezerra’, dispunha de uma estrutura pequena, apenas para o mínimo de funcionamento:

Sobre a escola, posso ressaltar que a instalação da CNEC na cidade foi um marco para a educação, até então não tínhamos como dar continuidade aos estudos, pois não havia uma escola que disponibilizasse as séries do ginásio – de 5ª a 8ª. A partir de então ficou de certa forma fácil para as famílias incentivar seus filhos a terminar o ginásio na própria cidade. O início não foi fácil, a estrutura era pequena, com poucas salas, o material didático mal supria as necessidades, não havia livros, a não ser o de português, que era obrigatório, a gente escrevia muito, era tudo copiado na lousa. (BEZERRA, 2012).

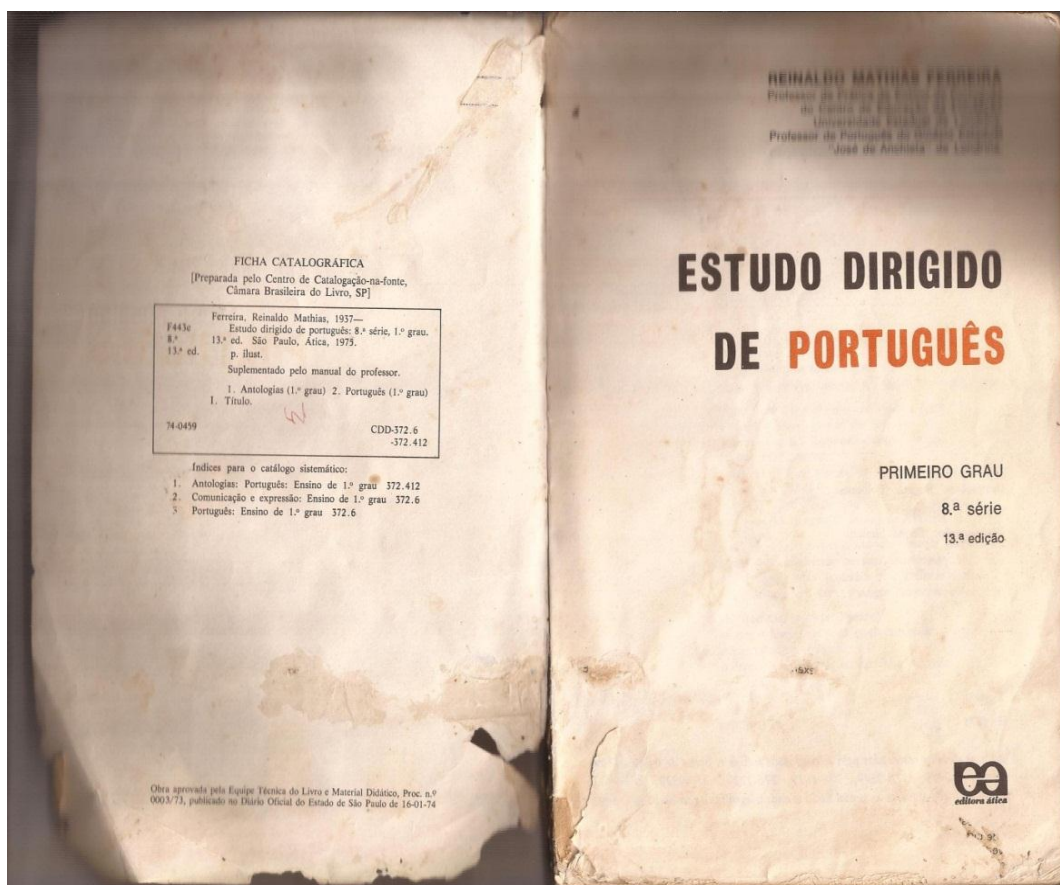


Figura 12: Livro de Português (único) que era exigido nos primeiros anos da CNEC na cidade de Monsenhor Hipólito, 1978.

Fonte: Arquivo pessoal de Aurení Ana Bezerra.

Esses problemas da educação piauiense, como a falta de estrutura adequada e principalmente a falta de livros para o exercício da leitura dos alunos ocorre desde o

século XIX, como destaca o historiador Alcebíades Costa Filho (2006, p.107): “Pode observar que não existiam livros e que os alunos exercitavam a leitura em jornais e cartas”. Uma pequena ressalva a se fazer é que naquela ocasião, jornais e cartas eram usados para exercício de leituras na ausência dos livros, fato este que infelizmente aqui na cidade de Monsenhor Hipólito não aconteceu, não que se tenha registro disso.

Outro problema a ser ressaltado, é a dificuldade encontrada por alguns jovens da comunidade em conciliar o trabalho – para a sobrevivência de sua família – com os estudos. Além de enfrentar uma jornada diária de trabalho exaustiva, estes ainda tinham que percorrer grandes jornadas, principalmente a pé até a cidade, alguns deles se deslocavam até cerca de 8, 9 km para concretizar o sonhos de estudar e almejar um futuro melhor, fato este nitidamente observado no depoimento de Aurení Ana Bezerra (2012):

Nessa época era muito ruim para todos nós, principalmente nas épocas das colheitas. No meu caso, trabalhava durante o dia e estudava pela noite. Para não atrapalhar o trabalho, na época da colheita, pegávamos mais cedo, às 5 horas da manhã para terminar o trabalho às 4 da tarde para dar tempo de irmos para casa e de lá descer para cidade a pé. Trabalhava no Goulart e fazia essa jornada todos os dias. [...] Havia outros alunos sim, me lembro de alguns alunos que andavam distâncias muito grandes, como por exemplo, Zé Sobrinho e Verônica, que moravam no Juá e tinham que caminhar cerca de 6 km por dia. Tinha também Joana Caetana que morava no Saco da Roça, que é distante cerca de 8 km da cidade e Socorro Sá que vinha do Nova Olinda, que dá uns 6 ou 7 km até aqui. (BEZERRA, 2012).

Segundo o relato de Aurení Bezerra, as dificuldades eram muitas a ser superadas, mas que com um esforço “sobre-humano” foram sendo vencidas uma a uma. No entanto, se observarmos bem o relato acima, e compararmos com o quadro de escolas (tabela 05) municipais retratado no segundo capítulo deste trabalho, notaremos que há escolas construídas naquelas localidades. Então, como podemos entender esse impasse? Uma das formas de se entender o contexto local, é através de relatos que já foram postos dentro desse trabalho, da falta de “movimentação” dos poderes locais. Segundo Aurení Bezerra (2012):

Havia sim escolas nessas comunidades, o que não havia eram professores suficientes para atender todas as escolas. Que eu me lembre no Goulart, só veio à construção de uma escola já no final dos anos de 1980. Também, os professores da cidade não queriam se deslocar até os interiores, primeiro porque as estradas eram de péssima qualidade, depois porque não queriam deixar suas famílias para ir trabalhar na zona rural. A estrutura também não era de boa

qualidade, na maioria dos casos, as escolas eram pequenas, com um ou dois cômodos, sem um espaço físico suficiente, então, eram situações muito difíceis para qualquer um. (BEZERRA, 2012).

3.4.4 – Castigos Corporais

Os castigos corporais foram meios usados para controlar as crianças durante o período de aulas, sendo aplicados como métodos pedagógicos. No Piauí temos notícia do uso desses castigos como prática comum na primeira metade do século XIX, como ressalta Alcebíades Costa Filho (2006, p.101): “Os castigos corporais aplicados como método pedagógico é um aspecto a ser destacado no sistema de ensino piauiense. Essa prática parece ter sido muito comum na primeira metade do século XIX”. Os castigos mais comuns por essa época (século XIX), em várias regiões e nas mais variadas escolas do país eram: a palmatória e a orelha de burro. Um castigo físico e outro moral. A Autora Maria de Lourdes Lacroix (1983, p.88) retrata esses castigos corporais em seu livro “A educação na baixada maranhense, 1822-1889”: “A palmatória, a vara de botão ou castigos de joelho no milho ou de rosto para a parede foram às maneiras mais frequentes de redimir o aluno das omissões”.

Essas práticas que foram ultrapassando os anos da história chegaram a ser praticadas em épocas longínquas daquelas do século XIX. Os relatos da então estudante da época, Aurení Ana Bezerra, nos mostra que naquela época (1980), também houve castigos físicos:

Sim, eu lembro que havia castigos sim, não era frequentes não, mas havia. Geralmente para os meninos que aprontavam muito, e na maioria das vezes ou era a palmatória ou era pra eles ajoelharem no milho. Eu me lembro de uma vez, que na aula de Educação para o Lar, que quem lecionava era a professora Perciliana Lima Bezerra – mais conhecida como Peci de Hamilton – os meninos José Sobrinho e Indalécio estavam com um alguidar de barro na mão preparando um bolo, só que em um determinado momento, eles bateram a massa com tanta força que o alguidar se quebrou, Peci então olhou pra eles e disse: muito bem, os dois de castigos agora. Só que na hora ninguém ligou pra isso não, porque a turma toda estava sorrindo do acontecido. O castigo pra eles além de levarem umas palmadas na mão, tiveram que passar o restante da aula toda de joelhos no milho. (BEZERRA, 2012).

Em relação aos castigos mais aplicados na educação da cidade de Picos, de 1850 a 1930, a pedagoga Maria Alveni Barros Vieira, (2005) ressalta o seguinte:

A utilidade da palmatória, já de conhecimento popular, estava em aplicar os famosos bolos nas palmas das mãos do aluno como uma forma de castigo considerado inadequado pelo professor e muitas vezes até como um “reforço negativo” do processo de aprendizagem onde para cada erro o aluno era “premiado” com uma palmada. (VIEIRA, 2005, p.77).

Contata-se assim que esse tipo de coerção moral e física, não ficou completamente no passado, de certa forma não foram tão frequentes como antigamente, mas ainda persistiram até a década de 1990.

No entanto, não somente na cidade de Monsenhor Hipólito, os castigos corporais permaneceram presentes com o passar dos anos, segundo as autoras Marly Macedo e Maria do Amparo Borges Ferro (2009), ressaltam que em Teresina, capital do estado do Piauí, alguns desses castigos também ocorreram, de uma forma contrária aos acontecidos no município de Monsenhor Hipólito:

quanto às mães, elas davam total apoio a gente. De dizer: olhe professora aqui você é a mãe dele. Pode bater, pode botar de castigo, pode botar de joelho no milho. Eu sei que se a senhora der uma palmada em meu menino, ou puxar a orelha dele é só para o bem dele. (NERY apud MACEDO, FERRO, 2009, p.134).

Percebe-se então, que os “castigos” praticados na cidade de Teresina, diferiam dos que aconteciam em Monsenhor Hipólito, sendo que na capital do estado, as próprias mães davam certa autoridade às professoras para educar seus filhos, fosse com castigo ou não.

Apresenta-se nesse capítulo a jornada traçada pela Unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista, que foi a escola pioneira na implantação das séries ginasiais na cidade de Monsenhor Hipólito, que até então só dispunha das séries iniciais. Percebem-se as suas conquistas, seus desafios e as dificuldades enfrentadas pela mesma, dificuldades estas que vieram como herança de uma educação pouco incentivada, não só na cidade, mas como em todo o estado do Piauí, desde o século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi retratado um pouco da história da cidade de Monsenhor Hipólito, estado do Piauí, desde seus primeiros habitantes, a sua política, religião, sociedade e economia. Focamos nosso estudo, na educação que foi (mal) desenvolvida no município, tanto por parte dos poderes públicos municipais quanto estaduais.

Vimos que após 18 anos da sua emancipação política, a cidade não disponibilizava uma educação de qualidade para sua população, que em sua maioria eram agricultores sem uma cultura letrada, e que se não fosse a iniciativa privada, para instalar o curso ginásial, que correspondia ao ensino da 5^a a 8^a série, a cidade ficaria sem oferecer esse tipo de educação aos seus “filhos”.

Procurou-se desde o início deste trabalho, retratar a história educacional do município de Monsenhor Hipólito, levantando fatos e histórias desta cidade. Diferentemente do que muitos acreditam ser a história da educação desta cidade, a realidade é totalmente diferente, e a “verdade” foi distorcida pelos que dela se apoderaram (pessoas públicas, governantes locais), pessoas que tinham interesse em transformar a realidade a seu favor, seja em benefício próprio, político ou social.

O que se percebeu, é que a educação hipolitana, foi restrita, onde apenas as famílias mais abastadas da cidade, puderam ter o privilégio de matricularem seus filhos em escolas de outras cidades da região, e até mesmo de outros Estados.

O poder público local priorizou a educação escolar na zona urbana enquanto esquecia a zona rural. Assim, o sertanejo teve que buscar por conta própria meios e formas para propiciar uma educação a seus filhos. O que se percebeu, foi uma educação difusa, com poucos recursos, instrumentos, material didático, entre outros escassos na cidade.

Puderam-se observar, através da pesquisa, as dificuldades encontradas pelas famílias que almejavam seus filhos na escola, mas não tinham condições financeiras para tal feito. A vontade de alguns alunos – conciliando estudos com trabalho – que na falta de um transporte escolar, ou qualquer outro transporte, tinham que percorrer longas

jornadas até a sede da cidade, para poder estudar, já que a zona rural foi mal suprida de escolas, professores, recursos e planejamento.

Vimos as dificuldades encontradas pelos colégios – tanto públicos como particulares – em atender sua referida parcela na sociedade, mostramos as disparidades entre a CNEC instalada na cidade de Monsenhor Hipólito com instalações em outras cidades, principalmente a cidade de Dom Expedito Lopes. Podem-se ver também algumas semelhanças e diferenças educacionais de Monsenhor Hipólito com outras cidades, como algumas escolas situadas na zona rural de Teresina, capital do estado.

Ressaltadas as constituições de 1967 e 1988, vimos que a cidade de Monsenhor Hipólito, não seguiu ao “pé da letra” o exigido pela mesmas, que em vários aspectos a cidade foi falha ao disponibilizar a educação para sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marisa. **Levantamento de dados, textos, artigos, etc., sobre municipalização do ensino, com ênfase no estado do Maranhão.** 2003. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/304921.pdf>
Acesso em: 11 de Abril de 2012.
- ALBERTI, Verena, Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. **Fontes Históricas.** São Paulo, 2005.
- BEZERRA, Damião. **O processo avaliativo na cidade de Monsenhor Hipólito.** Monsenhor Hipólito, PI: 2002.
- BEZERRA, Miguel Joaquim, **Das origens às raízes.** 100 Anos de Santa Ana – Padroeira de Riachão. Monsenhor Hipólito, PI: 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural.** 2.ed. campinas: papiros, 1984.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1967.
- CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE, **Estatuto.** Rio de Janeiro: CNEC, 1969.
- CEPRO, Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Diagnóstico Socioeconômico: Município de Monsenhor Hipólito.** Teresina, 2010. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201105/CEPRO03_7e0320c100.pdf
Acesso em: 05 de Janeiro de 2012.
- COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão.** Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.
- FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí Republicano.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
- GENS, Colégio Cenecista Monsenhor Antônio de Sousa. **A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, a CNEC.** Rio Bonito, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cnecmonsenhor.com.br/cnec.htm> Acesso em: 05 de maio de 2012.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira.** – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2006

GIOVANNI, Levi; SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens**. 2v. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Felipe Tiago, **História da Campanha de Nacional de Escolas da Comunidade**. 5. ed. Brasília: CNEC, 1980.
Disponível em:

http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2010/joao_batista.pdf

Acesso em: 19 de abril de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Área territorial Oficial**. Brasil, 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm

Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____, **Censo Demográfico – 200/2012 – Contagem da População**. Brasil, 2010. Disponível em:

http://www.cepro.pi.gov.br/download/201105/CEPRO03_7e0320c100.pdf

Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____, **Produção Agrícola Municipal – PAM – 2008**. Brasil, 2010.

JORNAL O BURITI. **Balço de uma administração**. Dom Expedito Lopes, Ano 1, n. 02, 28 mar. 1983. p. 4.

LACROIX, Maria de Lourdes L. **A educação na baixada maranhense, 1822-1889**. São Luís: SECMA, 1983.

LEAL, Barnabé Borges. **Minha juventude – memórias**. Picos, 1989.

LÊ GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2003.

MACEDO, Marly; FERRO, Maria do Amparo Borges. Memórias de professoras primárias teresinenses e suas histórias, 1960-1970. In: FERRO, Maria do Amparo Borges; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SOUSA, Lourenilson Leal de. (orgs.). **História da educação: novos olhares, velhas questões**. Teresina: EDUFPI, 2009. p. 121-139.

MONSENHOR HIPÓLITO. Decreto nº01, de 28 de Janeiro de 1998, dispõe sobre a municipalização da Unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista e da outras providências. Monsenhor Hipólito - PI, 1998.

MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis**. Teresina: EDUFPI, 2008. P. 135.

REIS FILHO, Casemiro. **A revolução Brasileira e o Ensino**. 1974a.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2003.

_____. **História da educação brasileira: a organização escolar**, 15a.ed. Campinas, Autores Associados, 1998.

RIGOTTO, Maria Elisa. SOUZA, Nali de Jesus de. **Evolução da Educação no Brasil, 1970 – 2003**. Disponível em: http://www.nalijsouza.web.br.com/educacao_brasil.pdf
Acessado em: 21 de abril de 2012.

SILVA, João Batista da. **A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC NO PIAUÍ: 1952-1997**. Disponível em:
http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2010/joao_batista.pdf
Acesso em: 19 de Abril de 2012.

SILVA, Lourdes Helena da Silva. **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância**. Revista Sisifo, Brasil. Disponível em:
<http://educacaodocampo2011.blogspot.com.br/2011/07/realidade-da-educacao-no-meio-rural.html> Acesso em: 11 de Fevereiro de 2012.

SOUZA, Ana Tereza Silva. **A formação do licenciando em Pedagogia: uma questão em aberto**. Teresina: EDUFPI, 2003.125b.

UNIDADE ESCOLAR JOSÉ ALVES BEZERRA. **Projeto Político Pedagógico**. Monsenhor Hipólito - PI, 2006.

UNIDADE ESCOLAR JOSÉ ALVES BEZERRA. **Livro Documental**. Monsenhor Hipólito – PI, 1985.

UNIDADE ESCOLAR PADRE CÍCERO ROMÃO BATISTA. **DVD comemorativo dos 35 anos da Unidade Escolar Padre Cícero Romão Batista**. Monsenhor Hipólito – PI: Estúdio Talvanis Desing, 2011.

UNIDADE ESCOLAR PADRE CÍCERO ROMÃO BATISTA. **Placa comemorativa dos 30 anos da formação da primeira turma ginásial**. Monsenhor Hipólito - PI, 2011.

VERMELHO, Dulce Oliveira; PONTES, Joel. **CNEC: o abc da história. Brasília**. CNEC edições, 1984. Disponível em:
http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2010/joao_batista.pdf
Acesso em: 19 de abril de 2012.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. **Educação e Sociedade Picoense no período de 1850 a 1930**. Picos, 2005.

FONTES ORAIS

BEZERRA, Ana de Sousa. Depoimento concedido a Pablo Marcel Bezerra dos Santos. Monsenhor Hipólito, PI, 03 de Dezembro de 2012.

BEZERRA, Aurení Ana. Depoimento concedido a Pablo Marcel Bezerra dos Santos. Monsenhor Hipólito, PI, 05 de Abril de 2012.

BEZERRA, Josefa Zélia. Depoimento concedido a Pablo Marcel Bezerra dos Santos. Monsenhor Hipólito, PI, 20 de Dezembro de 2011.

CARVALHO, Maria Margarida de. Depoimento concedido a Pablo Marcel bezerra dos Santos. Monsenhor Hipólito, PI, 23 de Dezembro de 2012.

GOMES, Maria dos Santos Bezerra. Depoimento concedido a Pablo Marcel Bezerra dos Santos. Monsenhor Hipólito, PI, 20 de Dezembro de 2011.

PINTO, Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro. Depoimento concedido a Pablo Marcel Bezerra dos Santos. Monsenhor Hipólito, PI, 03 de Janeiro de 2012.

SILVA, Rosa Amélia da. Depoimento concedido a Pablo Marcel Bezerra dos Santos. Monsenhor Hipólito, PI, 03 de Janeiro de 2012.

ANEXOS

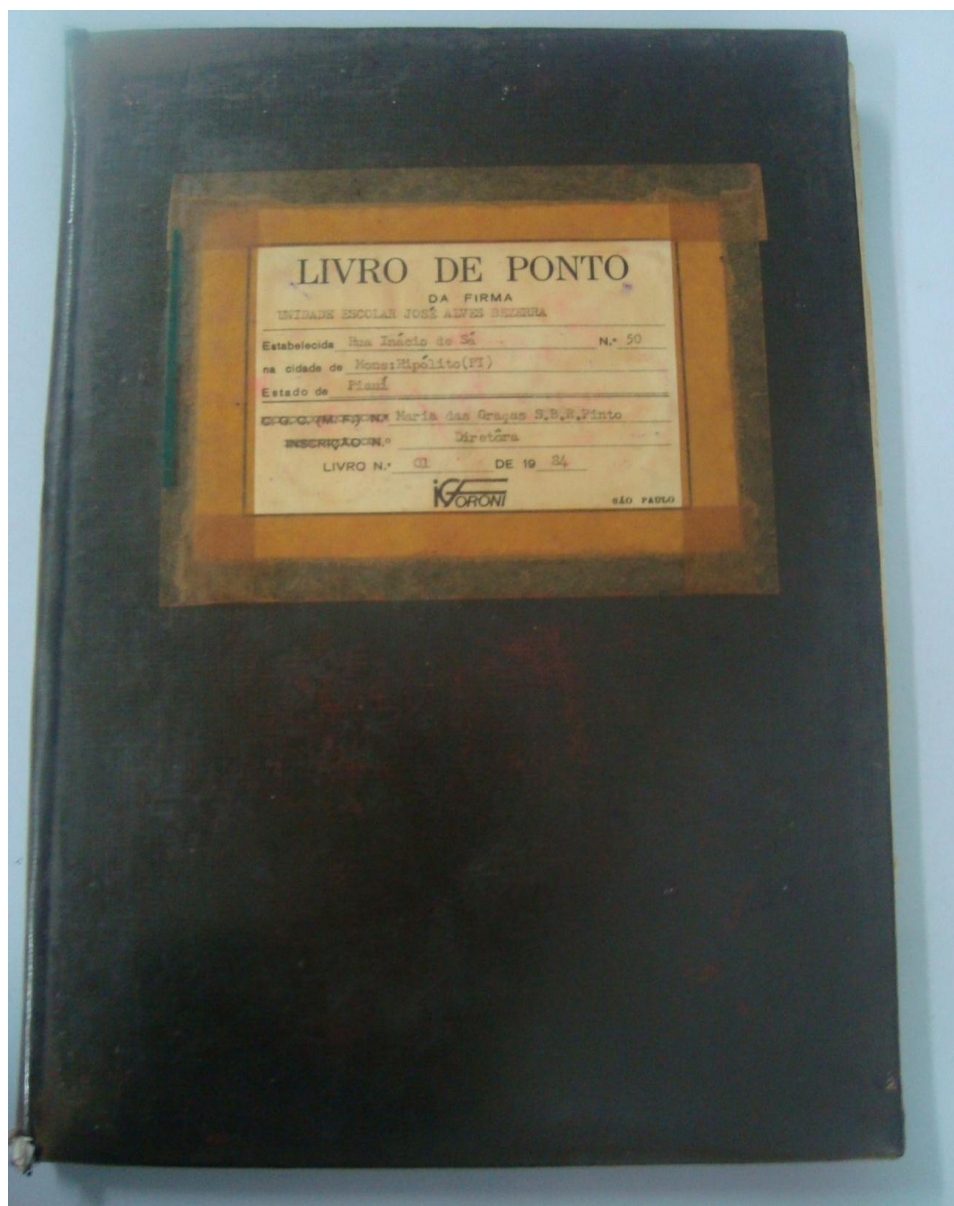
Anexo 01: Conjunto de livros da Unidade Escolar José Alves Bezerra em 1985.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto



Anexo 02: Livro de Tombo pertencente a Unidade Escolar José Alves Bezerra, em 1985.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto.



Anexo 03: Desfile cívico de 07 de setembro realizado pela Unidade Escolar José Alves Bezerra.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto.



Anexo 04: Desfile cívico de 07 de setembro realizado pela Unidade Escolar José Alves Bezerra.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria das Graças Santos Bezerra Ribeiro Pinto.

